



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

IMAGENS DA PEDOFILIA: UMA LEITURA DISCURSIVA DE TEXTOS
MIDIÁTICOS

Andreia Beatriz Pereira

SÃO CARLOS
2011



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

IMAGENS DA PEDOFILIA: UMA LEITURA DISCURSIVA SOBRE OS
TEXTOS MIDIÁTICOS

Andreia Beatriz Pereira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas

São Carlos - São Paulo - Brasil
2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P436ip

Pereira, Andreia Beatriz.

Imagens da pedofilia : uma leitura discursiva sobre os textos midiáticos / Andreia Beatriz Pereira. -- São Carlos : UFSCar, 2011.

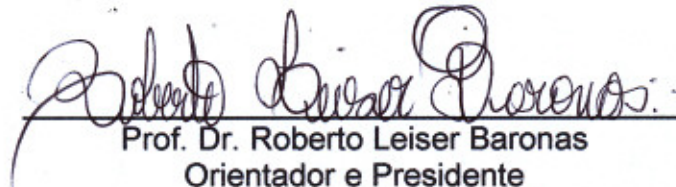
100 f.


Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.


1. Análise do discurso. 2. Pedofilia. 3. Formação discursiva. 4. Discurso constituinte. I. Título.

CDD: 401.41 (20^a)

**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
ANDRÉIA BEATRIZ PEREIRA**


Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas
Orientador e Presidente
UFSCar – São Carlos


Prof.^a Dr.^a Maria Inês Pagliarini Cox
Membro externo
UFMT – Cuiabá


Prof.^a Dr.^a Nádea Regina Gaspar
Membro interno
UFSCar – São Carlos

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 30/06/2011.
Homologada na ___ reunião da CPGL, realizada em ___/___/2011.

Prof. Dr. Oto Araújo Vale
Coordenador do PPGL

Dedico este trabalho aos meus pais, Arédio e Aparecida, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e incentivando incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me dar forças para realizar este trabalho, muito prazeroso e também muito árduo.

Agradeço também ao Professor Dr. Roberto Leiser Baronas, meu orientador e amigo, por acreditar neste projeto e pela paciência no decorrer destes anos. Obrigada.

Agradeço à banca, Professora Dr^a. Nádea Regina Gaspar e Professora Dr^a. Maria Inês Pagliarini Cox, pela disponibilidade de ler e avaliar este trabalho.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística, pela instrução, pelas lições, indicações e sugestões que muito contribuíram para o andamento desta pesquisa.

A todos os amigos da turma de Mestrado em Linguística do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos, em especial à **Hélio Márcio Pajeú**, **Samuel Ponsoni** e **Sidney de Paulo**, companheiros de estudos e discussões a distância. Agradecimentos também a Eduardo Nagai, Camila, Marina, Fernando, Jocenilson, Júlio, que de alguma forma colocaram seu tijolinho neste trabalho.

À minha família, em especial à **minha madrinha Abadia e meu padrinho Agnaldo**, todos os tios e tias, e primos e primas, que sempre torceram por mim e vibraram com minhas conquistas.

Às minhas companheiras de república, Mariela Ribeiro, Janaína Fernandes, Vanessa Vaz, Stephanie Íris, Daniela Pigosso pela amizade e pela paciência comigo nesta fase difícil.

Aos funcionários da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de São Carlos, em especial à **Raphael Macedo de Carvalho** e **Rita de Cássia Rufino de Souza**, **Claudiane Cristina Zin Migliato** pelas boas risadas e por estarem sempre prontos a ouvir minhas “rabugices” oriundas das noites dedicadas ao estudo.

RESUMO

Esta pesquisa de mestrado tem como objetivo compreender os discursos contemporâneos formados acerca da temática do abuso sexual infantil. Partindo dos pressupostos conceituais da Análise do Discurso, sobretudo os elaborados pelo linguista francês Dominique Maingueneau, buscamos compreender a constituição das Formações Discursivas por meio de textos de diferentes gêneros e suportes. Com os aportes teóricos do linguista francês, nós pudemos seguir alguns dos caminhos teórico-metodológicos que nos conduziram a desenvolver o pretendido estudo. Entre esses aportes, encontra-se o conceito de *Discurso Constituinte*, como aquele em que autolegitimação e a heterolegitimação no interdiscurso se dão pelo posicionamento, deslocamento e inscrição de seus locutores em seu ato de enunciar nesse tipo de discurso. Além disso, mobilizamos a noção de *Discurso Tópico* como aquele que não consegue dar a si mesmo um efeito de validação, recorrendo constantemente a outros discursos para poder se legitimar, inclusive ao constituintes. Já o *Discurso Atópico* é o discurso sem lugar, algo da ordem paratópica (que pertence ao espaço social, mas o nega), em que a produção e a circulação tendem na maioria das vezes serem interditas. Ainda que exista semelhança no modo de pertencimento, parece-nos que, para este autor, é mais provável encontrar os discursos tópico e paratópico juntos de um lado e o discurso atópico em um outro, como se a existência apagada destes discursos impossibilitasse a intertextualidade discursiva do primeiro com os outros dois. Tendo em mãos esses conceitos, procuramos desenvolver um primeiro momento de leitura do *corpus*, no qual tentamos encontrar marcas dos tipos de discursos nos textos que o compõem. A partir desse procedimento metodológico, selecionamos do *corpus* em questão alguns textos dos anos de 2002 a 2008, compostos na sua maioria ao que Maingueneau determinada como *Discursos Tópicos*, e procuramos encontrar por meio de quais regularidades os discursos constituintes e atópicos poderiam inscrever-se neste. O processo de recuperação do discurso constituinte (paratópico) pelo discurso tópico poderia, então, acontecer por meio da citação de vozes que ocupam lugares de autoridade. Também foi possível notar que o discurso atópico, mesmo sendo um discurso negado, pode se refletir no discurso tópico e suas marcas se dão por meio das imagens. Portanto, responder a essas hipóteses, a partir de um olhar discursivo, constituiu-se o enfoque desta dissertação.

Palavras-chave: Pedofilia, Análise do Discurso, Formação Discursiva, Discurso Constituinte.

ABSTRACT

The aim of this master's research is to understand the contemporary discourses on the subject of child sexual abuse. Building on the conceptual assumptions of Discourse Analysis, especially those developed by the French linguist Dominique Maingueneau, we try to understand the Discursive Formation constitution through texts of different genres and media. With the theoretical framework of the French linguist, was possible to follow some of the theoretical and methodological paths that led us to develop the desired study. Among these contributions, it is the concept of Constitutional Discourse, as it was the one in which self-legitimation and others ways of legitimation among discourses occur in the position by displacement and registration of their speakers in their act of stating this type of discourse. Besides, we mobilized the notion of Topic Discourse as one that can not give yourself a purpose of validation, constantly used in another discourses in order to legitimize itself, including the constituents. But the Non-Topic Discourse (Atopic) is the discourse without place, something on the order of the Paratopy (which belongs to the social space, but denies it), in which the production and circulation tend to be most often impassable. Although there is similarity in the way of belonging, it seems that, for this author, is more likely to find the Topic and Paratopic Discourses together on one side and the Non-Topic (Atopic) Discourse into another, as if we erased the existence of these discourses was made it impossible inside the first textuality discursive with the other two. Equipped with these concepts, we develop a first time reading of the corpus, in which we try to find the types of discourses marks in the texts that comprise it. From this methodological procedure, we selected the corpus in question some texts from the years 2002 to 2008, which was composed mostly as to what Maingueneau identifies as a Topics Discourses, and in this corpus we try to find regularities through which the discourses and Non-Topic (Atopic) constituents could subscribe to this.

The recovery process of the Component Discourse by Topic Discourse could then be through the citation of voices in positions of authority. It was also possible to note that the Non-Topic (Atopic) Discourse even being denied as a discourse, can be reflected in the Topic Discourse and to give their brands through the images. So, to answer these hypotheses, from a discursive look, constituted the focus of this dissertation.

Keywords: Pedophilia, Discourse Analysis, Discursive Formation, Constituent Discourse

Sumário

1. Análise do Discurso: alguns aspectos históricos e conceituais	11
1.1 O PAPEL DE FOUCAULT PARA A ANÁLISE DO DISCURSO	18
1.1.1 TEORIA DOS MICROPODERES	18
1.1.2 PODER E SOCIEDADES DISCIPLINARES	20
1.1.3 ANÁLISE DO DISCURSO	22
1.2 A ANÁLISE DO DISCURSO À LUZ DE DOMINIQUE MAINGUENEAU	26
UNIDADES TÓPICAS	28
UNIDADES NÃO-TÓPICAS	28
1.2.1 DISCURSO CONSTITUINTE E PARATOPIA	28
1.2.2 OS DISCURSOS NEGADOS E A ATOPIA	33
1.2.3 TROPISMOS E MIMOTOPIA	34
1.2.4 EXISTIRÁ MESMO UM DISCURSO TÓPICO?	36
1.2.5 INVESTIGAÇÕES SOBRE A SEMÂNTICA GLOBAL E AS PRÁTICAS DISCURSIVAS	36
1.2.6 SOBRE O <i>ETHOS</i> E AS CENAS DA ENUNCIÇÃO	39
2 Arquivo de imagens: constituição, descrição e análises	42
2.1 HISTÓRIA DA INFÂNCIA	42
2.2 PEDOFILIA OU ABUSO SEXUAL INFANTIL	46
2.4 ASPECTOS SOBRE A ANÁLISE DA IMAGEM FIXA	50
2.4.1 O PAPEL DAS CORES NA IMAGEM	52
2.5 DESCRIÇÃO DOS OBJETOS	53
2.5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS IMAGENS DE PUBLICIDADE E DE PROPAGANDA	53
2.5.2 UMA LEITURA DESCRITIVA-DISCURSIVA DAS IMAGENS	54
3 Notas de uma possível conclusão	81
Referências	85
ANEXO A	89
ANEXO B	90
ANEXO C	91
ANEXO D	92

ANEXO E	93
ANEXO F	94
ANEXO G	95
ANEXO H	96
ANEXO I	97
ANEXO J	98
ANEXO K	99
ANEXO L	100

Introdução

Recentemente, observa-se que há o surgimento cada vez maior de textos que tratam, em diferentes aspectos e teorias, do abuso e da exploração sexual infantil. Além disso, o tema se desenvolve em reportagens televisivas e jornalísticas, revistas, *sites*, filmes, em que se aborda, cada qual na sua esfera de atuação, um dado aspecto do assunto.

No Brasil, o ápice da produção midiática em torno do tema se deu nos anos de 2007 e 2008, com o surgimento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, presidida pelo Senador Magno Malta, cuja proposta principal era identificar e punir autores de crimes sexuais contra crianças. Nesse período, a circulação do termo pedofilia aumentou e ganhou força quase aforística na sociedade brasileira, que era incentivada constantemente a denunciar casos de que tivesse conhecimento.

Além do mais, ao observar esses fatos sob o prisma da circulação de textos em diversas mídias, é possível constatar que este movimento de compreensão, divulgação e repressão da pedofilia se encontra há mais tempo na mídia internacional. É possível ainda notar a existência de Organizações Não Governamentais – ONGs internacionais dedicadas exclusivamente a realizar campanhas contra a pedofilia e proteção e apoio às vítimas desses casos.

Entretanto, levando-se em conta a multiplicidade de fatos e abordagens sobre o tema, acreditamos ser preciso fazer uma breve introdução às vias epistemológicas desta questão. Sua origem está no ano de 2004, como trabalho de fechamento da disciplina “Análise do Discurso Fílmico”, ministrada pela Prof.^a Nadea Regina Gaspar, do Departamento de Ciência da Informação da UFSCar. Como era proposto no nome da disciplina, o trabalho final tinha por objetivo proporcionar uma leitura discursiva sobre algum filme. Optamos, na ocasião, pela mobilização do filme **Má educação**, do diretor espanhol Pedro Almodóvar, que, entre outros tópicos de seu conteúdo, aborda o tema da pedofilia. Dessa conclusão de disciplina, conseguimos levar a cabo um trabalho de pesquisa em Iniciação Científica, o qual resultou posteriormente em nossa Monografia de Conclusão de Curso. Foi neste período que identificamos que o tema pedofilia vinha sendo abordado de diferentes formas e pelas mais distintas mídias. Para o trabalho de iniciação científica, contávamos com campanhas publicitárias, reportagens de revista e

filmes. A proposta da pesquisa, naquela época (e ainda hoje, embora com diferente amplitude) era perscrutar de que forma poderíamos recorrer ao arcabouço teórico-metodológico da AD, principalmente aos trabalhos sobre discurso advindos do teórico e filósofo francês Michel Foucault, para fazer uma leitura discursiva destes textos outrora mobilizados. Naquele momento, foi possível perceber que a AD pode ser aplicada à interpretação científica e teórica de textos imagéticos, construindo uma leitura dos elementos plásticos (tais como cor, iluminação, enquadramento, trilha sonora etc.) e os meios necessários para se compreender como os enunciados presentes nas imagens podem se inscrever nos posicionamentos e nas enunciações das mais distintas Formações Discursivas (daqui por diante, em alguns casos, usaremos FD/FDs).

Sendo assim, esta pesquisa de mestrado se assenta na esteira teórica e metodológica desses primeiros trabalhos descritos, procurando, no entanto, dar prosseguimento aos objetivos de nossa proposta de mestrado, visando, entre outras coisas, buscar em outros autores e métodos mais insumos teóricos para, na batida descrição/análise/interpretação, fazer uma leitura discursiva deste material que é, em si, muito heterogêneo, tendo em vista os elementos plásticos com os quais, percebemos as FDs a que o texto pertence. Portanto, tentaremos com esta pesquisa averiguar de que forma a heterogeneidade constitui o texto imagético.

Tratando mais especificamente nossas hipóteses, elaboradas por conta de uma análise prévia dos elementos textuais, paratextuais¹ e imagéticos da capa de uma revista, a saber, *Superinteressante*, de maio de 2002, apreendemos que na imagem derivada desses elementos encontram-se citações de outras imagens, bem como citações de posicionamentos discursivos antagônicos no mesmo quadro imagético, inscrevendo, dessa forma, a imagem numa rede discursiva que é formulável e dialoga com outros textos verbais, sem, contudo, recorrer ao verbo para realizar esse acontecimento.

Para dar conta de analisar o *corpus* desta pesquisa, a dissertação se estrutura em três momentos: o Capítulo 1 – **História da Análise do Discurso** –, em que tratamos do desenvolvimento da AD, bem como da apresentação dos conceitos de Michel Foucault e Dominique Maingueneau mais utilizados e relevantes à pesquisa; o Capítulo 2 – **Sobre a constituição do *corpus* pesquisado** –, no qual abordamos um breve percurso histórico acerca da noção de infância, para, assim, compreender como chegaríamos à

¹ Esses elementos se referem a inscrições de capa e contracapa; quem escreve e assina os artigos da revista, as predicções dos fatos expostos na chamada da capa, se há falas destacadas e a quem elas pertencem. Esses elementos podem suscitar uma expectativa, tanto para o sucesso quanto para o fracasso da revista ou para qualquer suporte de cunho editorial: jornais, livros, *sites* etc.

ideia de inocência e puerilidade. Ainda neste capítulo, existe uma exposição sobre o que é abuso sexual infantil, seus agentes e suas vítimas e também apresentamos alguns conceitos advindos da teoria da imagem, tanto fixa quanto em movimento (com ênfase no cinema por ser a linguagem mais complexa com a qual lidamos neste momento) e uma descrição sucinta do arquivo discursivo pesquisado; por último, mas não menos importante, o Capítulo 3 – **Notas de uma possível análise do *corpus*** – que apresenta a análise elaborada dos textos apresentados e as conclusões a que pudemos chegar com base nas análises.

1. Análise do Discurso: alguns aspectos históricos e conceituais

Para colocar o trabalho em ordem, é preciso que nele exista um começo. O que o leitor encontrará neste primeiro capítulo é uma abordagem histórica sobre o desenvolvimento desta disciplina que costumamos chamar Análise do Discurso. Já de início, devemos fazer uma observação: a Análise do Discurso que trataremos aqui é a Análise do Discurso de origem francesa e é por este motivo que, em determinado momento de nossa narrativa, faremos um corte para falar especificamente do que acontecia na França, no período histórico-conjuntural em que este domínio de estudos da linguagem irrompeu.

Os estudos da língua e da linguagem humana até 1916 eram dominados por dispositivos teórico-metodológicos nos quais o principal objetivo era compreender as mudanças ocorridas na língua por meio de comparações². Entretanto, parece-nos que a grande dificuldade de se unificar os estudos neste sentido residia em um outro lugar: era mais difícil justificar a existência de um campo de estudo quando não se sabia *o que* era o objeto ao qual ele se dedicava. Logo, foi esse o projeto da obra o **Curso de Linguística Geral** (adiante, em algumas passagens, CLG): definir o que as ciências da linguagem deveriam estudar. Mas, quais eram as bases para essa definição? Como se reconheceria um objeto?

Para essas respostas, tudo parece indicar que o modelo de cientificismo que dominava o cenário das universidades naquele período foi o principal responsável pela construção do objeto Língua. Obviamente, não tentaremos mostrar que o objetivo de Ferdinand de Saussure era deliberadamente unificar os estudos na área de ciência da linguagem, pois seríamos facilmente desmentidos pela própria obra, uma vez que sua autoria é, de fato, dos alunos de Saussure³. Diríamos que o corte feito por Saussure foi

² Se aqui pudéssemos contar a história pelas “migalhas”, poderia se dizer que antes mesmo de 1916, marco da chamada Linguística moderna pela publicação do *Cours*, atribuído a Saussure, existiam estudos para além dos feitos sob a pena do comparativismo. Um desses pesquisadores que já investiam em outras fronteiras, neogramática, por exemplo, era o próprio Saussure, como atestou um grande estudioso dos trabalhos saussuriano, Edward Lopes, em uma palestra intitulada “Três Saussure: o neogramático, o do CLG e o dos Anagramas”, em 1/10/2010, durante a **I Jornada de Estudos Saussurianos**, realizado na UFSCar.

³ Editado e publicado em 1916 por Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger e atribuído postumamente a Ferdinand de Saussure.

necessário, talvez até exigido, por uma conjuntura acadêmica dominada pelos estudos positivistas e/ou empiristas das áreas das ciências naturais e matemáticas.

Segundo Denise Maldidier, para Pêcheux,

o deslocamento operado por Saussure, da função para o funcionamento da língua é um adquirido científico irreversível. *O essencial daquilo que, nos termos da epistemologia da época, ele chamará de 'corte saussuriano', reside na ideia de que a língua é um sistema* (MALDIDIÉ, 2003, p. 22, grifos nosso)

O gesto de “cortar” excluiu do estudo da língua temas como o sujeito, a sociedade e a história. Passou a considerá-la como somente o estado em que ela se encontrava em determinado momento. Não importava o que estava antes ou depois dela (diacronia), mas importava somente aquilo que foi registrado em um dado momento e como os objetos se organizam uns em relação aos outros (valor).

O estruturalismo de vertente saussuriana define as estruturas da língua em função da relação que elas estabelecem entre si no interior de um mesmo sistema linguístico. (MUSSALIM, 2004, p. 102)

Este gesto fundador nas ciências humanas foi o que determinou que a partir dali a linguística fosse vista como um molde. Cabia, então, às outras disciplinas das ciências humanas, utilizá-la como exemplo para a construção de seus próprios objetos.

A linguística, assim, acaba por se impor, com relação às ciências humanas, como uma área que confere cientificidade aos estudos, já que esses deveriam passar por suas leis (é nesse sentido que ela se torna uma ciência piloto), em vez de agarrarem-se diretamente a instâncias socioeconômicas (MUSSALIM, 2004, p. 103)

Três décadas depois, o estudo ganhou o interesse de algumas destas disciplinas, o que proporcionava a elas era justamente a definição do objeto de estudos. Nascia o estruturalismo.

Os anos 50 serão decisivos para a constituição de uma análise do discurso enquanto disciplina. De um lado, surge o trabalho de Harris (Discourse Analysis, 1952) que mostra a possibilidade de ultrapassar as análises confinadas meramente à frase, ao estender procedimentos da linguística distribucional americana aos enunciados (chamados discursos), e, de outro lado, os trabalhos de R. Jakobson e E. Benveniste sobre a enunciação (BRANDÃO, 1997, p. 15)

No entanto, toda disciplina que é amplamente estudada é também questionada em suas bases, o que é próprio dos debates que surgem em seu entorno. Sendo assim, na

contramão daqueles que buscavam institucionalizar suas disciplinas aos moldes da linguística, existiam os pesquisadores que questionavam o modelo do CLG. Estes questionadores propuseram então que houvesse uma ruptura (ou uma releitura) de Saussure, buscando agregar ao objeto de estudo o que havia sido remetido a um segundo plano nos estudos do linguista genebrino. Com isso, uma dessas possibilidades de retorno foi a AD de orientação francesa, que ergueu seu estandarte primeiramente nas palavras de Michel Pêcheux.

No final da década de 1960, pesquisadores franceses, vindos de diferentes disciplinas, começaram a questionar a idéia de se abordar um objeto isoladamente, estudado com base em suas próprias estruturas, isto é, na/pela sua sistematicidade. A Análise do Discurso tentou colocar novamente no cerne das discussões alguns pontos que foram eliminados antes por Saussure. É assim que começava a história da teoria do discurso em que militamos neste trabalho, isto é, com ela mesma criando um dos pontos de partida da revisão sobre a ciência da linguagem em voga. Em outras palavras, costurar o que alhures foi um corte era uma de suas missões iniciais.

Michel Pêcheux, no próprio texto do Curso de Linguística Geral revela o ponto fraco, a contradição: ela jaz, segundo ele, na analogia que, a despeito dos esforços de Saussure para ligá-la à língua, faz intervir a idéia e, por ela, a fala e o sujeito individual. Eis pois a 'porta' deixada aberta por Saussure, 'pela qual vão se precipitar o formalismo e o subjetivismo (MALDIDIER, 2003, p. 30)

O surgimento da Análise do Discurso está condicionado a um momento histórico em que o Estruturalismo, o Marxismo e a Psicanálise eram debatidos enquanto programas de pesquisa.

A análise do discurso baseou-se, em um nível mais fundamental, em uma teoria do discurso duplamente saída no marxismo e da contribuição ainda recente de Michel Foucault, particularmente de A Arqueologia do Saber (1969). (GUILHAUMOU, 2009, p. 23)

O primeiro ponto importante que esta interpelação interdisciplinar provoca são as duas maneiras possíveis de compreender a Análise do Discurso: uma cujos estudos são realizados com fortes ligações com a sociologia; outra cujos estudos são realizados com fortes ligações com a história, mais precisamente com os estudos de arquivo.

É preciso esclarecer, no entanto, ao falarmos da especificidade da AD, que não há apenas uma Análise do Discurso, esta de que vimos falando. Como decorrência dessa fronteira instável sobre a qual se

situa a Análise do Discurso e em função da disciplina vizinha com a qual ela privilegia o contato, surgem diferentes ‘*Análises do Discurso*’. Classicamente considera-se que, se uma delas mantém *relação privilegiada com a História*, com os textos de arquivo, que emanam de instâncias institucionais, enquanto a outra privilegia a *relação com a Sociologia*, interessando-se por enunciados com estruturas mais flexíveis, como uma conversa informal, por exemplo, têm-se duas ‘Análises do Discurso’ diferentes: a Análise do Discurso de origem francesa, que privilegia o contato com a História, e a Análise do Discurso anglo-saxã, área bastante produtiva no Brasil, que privilegia o contato com a sociologia (MUSSALIM, 2004, p. 113)

Em nosso ponto de vista, nenhuma das duas está mais perto ou mais longe do que a outra quanto àquilo que afirmamos ser a tentativa dos estudiosos modernos em tentar reconstituir o corte Saussuriano. Por um lado, do ponto de vista da sua ligação com a sociologia, esta análise do discurso utiliza-se de amostras colhidas em situações específicas como objeto de estudo. Por outro lado, da sua ligação com história, a AD recupera, de certo modo, a questão da diacronia, pois conceitos tais como Memória Discursiva mostram a inscrição da história na língua.

Segundo Orlandi (1986), essas duas direções vão marcar *duas maneiras diferentes de pensar a teoria do discurso*: uma que a entende como uma *extensão da Lingüística* (que corresponderia à perspectiva americana) e outra que considera o enveredar para a vertente do discurso um sintoma de uma crise interna da Lingüística, principalmente na área da Semântica (que corresponderia à perspectiva européia) (BRANDÃO, 1997, p. 16)

Trataremos aqui dessa Análise do Discurso que possui uma “relação privilegiada com a história”. Existem, dentro desta tendência, dois autores considerados expoentes, e cada um deles trata da análise do discurso de uma forma: Jean Dubois e Michel Pêcheux, ao qual já nos referimos. Dubois se baseia na ideia de que os estudos do discurso são apenas uma consequência de tudo que havia sido feito nos estudos linguísticos até então e Pêcheux juntamente com seu círculo de colaboradores entende que era preciso fazer um retorno ao corte saussuriano, trazendo de volta para os estudos da linguagem aquilo que lhe havia sido excluído.

Por meio de um verdadeiro golpe de força, ao transportar para a lingüística estrutural o objeto discurso, Dubois vai possibilitar a abertura de uma nova região na disciplina ‘lingüística’. Confirmando uma concepção saussuriana da língua e respeitando os métodos formais de análise de Harris, ele assegura a manutenção dos objetos do filólogo-gramático (texto, discurso) e legitima o retorno da questão

do sentido pelo viés das ciências políticas e sociais, então comprometidas na análise do conteúdo. (MAZIÈRE, 2007, p. 31)

Ainda segundo Mazière, Dubois foi o responsável pela introdução do sintagma que passou a denominar o conjunto de práticas científicas que estava se desenvolvendo.

De 1967 a 1972, Jean Dubois, professor da Universidade de Paris X – Nanterre, introduz o sintagma ‘Análise do Discurso’ e assim possibilita o desenvolvimento da ‘Escola Francesa de Análise do Discurso’ (MAZIÈRE, 2007, p. 32)

Quanto à Análise do Discurso que retornará ao CLG, chegaremos a ela por meio do estudo das publicações de Michel Pêcheux, em que tentaremos reconhecer os contornos desta disciplina na atualidade.

As páginas que Michel Pêcheux consagra a Saussure guardam sua força; elas inauguram uma problemática original que não vai parar de se aprofundar (MALDIDIER, 2003, p. 21)

Nas palavras de Courtine, os construtos teóricos de Pêcheux tinham por objetivo rearticular nos estudos da linguagem aquilo que Saussure havia lhes retirado, principalmente no que diz respeito às questões do uso da linguagem, uma vez que para Saussure, a língua era tomada em seu estado “fora de uso”.

A análise do discurso pode ser considerada a partir de uma história “interior” da linguística, como o contragolpe do “gesto decisivo de separação” pelo qual a disciplina se institucionalizou como ciência, no começo do século. (COURTINE, 2006, p. 39)

Para Pêcheux, é necessário não apenas *desopacificar* o corte saussuriano, mas é preciso fazê-lo, sobretudo, debruçando-se nos componentes que concernem ao sujeito e à ideologia, pois, assim, poderíamos nos aproximar melhor das formas da língua em uso.

É nesse contexto que nasce o projeto da AD. Michel Pêcheux, apoiado numa formação filosófica, desenvolve um questionamento crítico sobre a linguística e, diferentemente de Dubois, não pensa a instituição da AD como um progresso natural permitido pela Linguística, ou seja, não concebe que o estudo do discurso seja uma passagem natural da Lexicologia (estudo das palavras) para a Análise do Discurso. A instituição da AD, para Pêcheux, exige uma ruptura epistemológica, que coloca o estudo do discurso num outro terreno em que intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito. Assim é que, como afirma Maldidier (1994), o objeto do discurso de que se ocupa Pêcheux em seu empreendimento ‘não é uma simples superação da Linguística saussuriana’ (MUSSALIM, 2004, p. 105)

Na análise do discurso, não há imparcialidade, tal como há em outras disciplinas, nas quais percebemos que pesquisadores e objetos não devem possuir ligação forte entre si. Para a AD, embora imbuída de um acurado senso científico, algo incessantemente almejado por Pêcheux, os resultados dependerão de cada analista, de cada um que se propõe a pesquisar e interpretar um arquivo, a encontrar nele regularidades e rupturas discursivas. Dizendo diferentemente isso, e utilizando uma conceituação de Maingueneau(2008a), o analista do discurso encontra seu campo fecundo de interpretação e trabalho de pesquisa em um espaço discursivo. Além disso, corroborando com essa ideia, tem-se que:

Método interpretativo por excelência, ela [a AD] não produz, verdadeiramente, um acúmulo de resultados, mas, sobretudo, uma cadeia discursiva que torna visível os procedimentos de descoberta de cada um dos encadeamentos. (GUILHAUMOU, 2009, p. 45)⁴

Seguindo a ideia de que a Análise do Discurso está sempre se reconstruindo, o pesquisador deve se preocupar em não deixar que o seu saber anterior determine completamente o andamento da leitura. Ele deve estar aberto ao novo, ao perceptível de outras regularidades que se encontram em seu *corpus* e que ele ainda não havia tomado conhecimento. O analista deve ser capaz de trabalhar o sentido no texto, percebendo os encadeamentos das ideias que compõem o mesmo.

Lúcido, Dubois insiste em um perigo diretamente surgido dessa aliança com o sociológico, o político, a história, um perigo imediatamente prejudicial aos resultados: *o de ver a análise simplesmente reduplicar o saber do analista*. (MAZIÈRE, 2007, p. 42)

É importante destacar, na leitura que fazemos quando do estudo da história da Análise do Discurso, duas observações: a primeira vem de Denise Maldidier sobre o desenvolvimento da teoria da AD, na qual, segundo a teórica, a análise é sempre anterior à teoria, ou seja, primeiro encontramos o objeto a ser analisado depois é que se desenvolve a teoria.

Tarefa ainda mais difícil quando se trata de uma ciência como a análise do discurso em que a análise precede, em sua constituição, a própria teoria. Ou seja, *é porque o analista tem um objeto a ser*

⁴ Para dar mais clareza à ideia que queremos abordar, a inserção entre colchetes foi de nossa parte.

analisado que a teoria vai-se impondo. Não há uma teoria já pronta que sirva de instrumento para a análise (MALDIDIER, 2003, p. 9)

Portanto, não seria exagero afirmar que nessa fase inicial, as publicações fossem voltadas à criação e desenvolvimento de debates acerca dos conceitos. Enunciado, arquivo e a própria definição de discurso estavam (e ainda estão) sempre no centro de discussões em diversos trabalhos. Para cada autor, há uma definição diferente.

o enunciado atestado é o material, mas ele é manipulável; o discurso não é o texto, é uma manifestação da materialidade da língua, não é a fala saussuriana. Isso se faz acompanhar pela rejeição de uma tipologia dos discursos, apesar da focalização dos discursos escritos, majoritariamente políticos, antes da acolhida do discurso comum e de todas as heterogeneidade” (MAZIÈRE, 2007, p. 30)

Assim, o desenvolvimento das pesquisas em AD proporciona um novo olhar sob o acúmulo de textos, de registros deixados em nossa sociedade. Porém, é a partir do entendimento de que tudo é texto, que vemos que os mais simples registros podem contar histórias de diferentes segmentos da sociedade.

O arquivo não é simplesmente o conjunto de textos produzidos por uma sociedade. Material bruto bastante explorado tanto por historiadores clássicos quanto por historiadores do discurso, mas a partir do qual o historiador do discurso não privilegia a busca de estruturas sociais ocultas; diferentemente, ele é, principalmente, um dispositivo, não regulado a priori, de enunciados que constituem figuras, objetos e conceitos distintos. Dessa maneira, cada dispositivo de arquivo estabelece sua própria ordenação. (GUILHAUMOU, 2009, p. 27)

Primeiramente, os teóricos da Análise do Discurso desenvolveram a teoria em torno de um *corpus* que já possuíam de antemão. Este era constituído de textos impressos, cuja expressão principal era a escrita, e em sua maioria encontrávamos manifestações do discurso político.

Por mais que se fale de arquivo, devemos ainda fazer a observação de que a Análise do Discurso também estuda aquilo que lhe é contemporâneo, podendo acompanhar de perto as nuances dos discursos de diferentes setores da sociedade.

Ao contrário, na esteira de Michel Foucault, pensamos que o tempo da análise do discurso é sempre um momento contemporâneo no sentido de que ele nasce de uma interrogação sobre a atualidade, cuja problemática já tratamos em Guilhaumou (1998a) (GUILHAUMOU, 2009, p. 44)

Segundo a pesquisadora Francine Mazière, este período de pesquisas inaugurado por Pêcheux não vai durar mais que vinte anos, desfazendo-se em meados de 1983 (talvez pela morte de dois Micheis?). Entretanto, diferentemente do que pensa esta historiadora, cremos que este foi apenas um encerramento de um período. Em seu lugar, vemos o surgimento de uma nova análise do discurso, também conhecida como *Análises do Discurso*, cuja principal característica era o estudo de corpus (e por conseqüência, o desenvolvimento de uma teoria) que ainda não haviam sido objeto de preocupação do estudo desta disciplina (uma vez que em seu início, o corpus do discurso político era dominante).

Aquela que foi chamada a 'Escola Francesa de Análise do Discurso', fortemente implantada na lingüística a partir da Universidade de Paris X – Nanterre, *não dura mais que vinte anos*. Essa fase da história da AD adquire consistência por meio de uma série de produções entre 1969 e 1971, *impõe objetos de análise, estabelece métodos, os expõe a crise, se difunde amplamente por meio de revistas, se divide, se organiza ampliando os campos das disciplinas, das interrogações teóricas e dos lugares de produção, se desfaz por dissolução em 1983, depois pelo esgotamento da experiência de colaboração pluridisciplinar entre lingüistas e historiadores* (MAZIÈRE, 2007, p. 29-30)

É neste período que se desenvolve mais proficuamente as ramificações contemporâneas da AD. Desse período, estudaremos mais profundamente a obra de Dominique Maingueneau, mas antes, deveremos ver um pouco mais de perto a obra de Michel Foucault.

1.1 O papel de Foucault para a Análise do Discurso

1.1.1 Teoria dos micropoderes

Um dos focos propostos por este trabalho é compreender, por meio do estudo do discurso midiático, como as relações de poder entre os sujeitos envolvidos com a pedofilia vêm se constituindo e sendo representadas. Para compreender as relações de poder, apoiamo-nos principalmente nos entendimentos de Michel Foucault. Primeiramente, procuramos compreender os conceitos de sociedade com os quais Foucault trabalhou, para então conseguirmos entender qual o tipo de poder que atua na sociedade retratada pelas imagens que abordam pedofilia e abuso sexual infantil,

atinando-o, sobretudo, aos modos como esse ele age nos indivíduos. No contexto, as sociedades de poder abordadas por Foucault em seu livro *Microfísica do Poder* (2004)⁵ são duas: as com poder soberano e as com poder de disciplina.

Na sociedade de soberania, o poder era completamente visível na figura do Rei (por volta dos séculos XIV a XVI). O poder se mostrava sem medo, isto porque ele dependia da visibilidade do rei para se exercer. Segundo Paniago (2005, p.126), “em épocas mais remotas, até a Revolução Industrial, tínhamos sociedades de soberania. Nessa época o poder era totalmente visível, mais do que isso, sua força dependia da sua visibilidade”. Outra diferença que Paniago (2005) destaca no entendimento de Foucault sobre o poder na sociedade soberana é que nela a individualização ocorria (em seu grau máximo) no lugar de quem tinha o poder. O lugar onde o poder se encontrava era extremamente individual. Assim, visibilidade e individualidade eram responsáveis por manter o poder nas mãos do soberano, até mesmo porque a idéia de encarnar a figura de um rei não estava simplesmente ligada a uma posição a ser ocupada, e sim a ser ocupada por um ser que recebera a dádiva divina de ser o representante da dinastia em questão. O poder absoluto do rei, portanto, seria algo abalizado pela ordem divina.

O ato que fez com que passássemos de um tipo de sociedade a outro foi o surgimento dos dispositivos de poder. Este novo modelo tem grande parte do seu apelo gerado pela Revolução Industrial. Se durante a sociedade de soberania o poder era baseado na figura do rei, ele tinha como objeto a posse da terra e a quantidade de poder que se poderia extrair dela⁶. Já na sociedade de disciplina, o poder era exercido sobre o corpo e sobre as atitudes dos indivíduos, isto é, visava a extrair e disciplinarizar o máximo desse corpo, tornando-o produtivo. Dito de outro modo, com a Revolução Industrial o poder que garantia propriedade da terra e de exploração não é mais substancial. O necessário agora é que se controle a força de trabalho de forma a extrair dela a maior produtividade possível. Este efeito é obtido apenas quando o poder passa a atuar sobre o corpo e sobre a atitude.

A grande importância estratégica que as relações de poder disciplinares desempenham nas sociedades modernas depois do século XIX vem justamente do fato de elas não serem negativas, mas positivas, quando tiramos desses termos qualquer juízo de valor moral

⁵ Obra organizada e editada com base nos textos de Michel Foucault pelo professor e pesquisador brasileiro Roberto Machado.

⁶ Os grandes empreendimentos de navegação que resultaram do descobrimento de novas terras como as Américas datam todas da época em que a Europa era absolutista e monárquica.

ou político e pensamos unicamente na tecnologia empregada. É então que surge uma das teses fundamentais da genealogia: o poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber (FOUCAULT, 2004, p. XIX).

A compreensão do poder na sociedade de soberania, segundo Foucault, deveria ser orientada a perceber como o poder se exacerbava na figura do Rei e de sua corte. Já nas sociedades de disciplina, esta observação deveria ser mais meticulosa, visto que aí o poder é ramificado, é capilar. É o que veremos a seguir.

1.1.2 Poder e sociedades disciplinares

O poder nas sociedades de disciplina, segundo Foucault (2004), esconde-se e revela-se nas mínimas relações entre os sujeitos. Ele não é mais personificado por um só corpo, o do Rei, mas sim por vários corpos que atuam nos lugares disciplinares, como a escola, a família, a igreja, o hospital.

Neste ponto, cremos que para compreender cada uma das relações de poder, não devemos mais partir do pressuposto de que o poder emana de uma região central, de um único lugar-corpo-sujeito, pois segundo Foucault:

seria preciso tentar estudar o poder não a partir dos termos primitivos da relação, mas a partir da própria relação, uma vez que é ela que determina os sujeitos dos quais trata: mais do que perguntar a sujeitos ideais o que puderam ceder deles mesmos ou de seus poderes para se deixar sujeitar, é preciso saber como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos. Do mesmo modo, melhor do que procurar a forma única, o ponto central de onde todas as fórmulas do poder derivariam (...) é preciso deixá-las aparecer na sua multiplicidade, nas suas diferenças, na sua especificidade (FOUCAULT, 1997, p. 71).

Compreende-se, assim, que não são os lugares *a priori* onde se encontram os sujeitos que determinam o poder na relação, mas sim a própria relação que determina os sujeitos e seus atos de sujeição. Segundo o mesmo autor, a explicação para a sujeição de um sujeito em uma relação reside no fato que uma das principais características do poder na sociedade de disciplina é ele não ser responsável somente pela repressão dos atos, mas também pelo estímulo a eles.

O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2004, p. 8).

Para que se possa analisar a forma como o poder age na sociedade, nas suas especificidades, Foucault propõe, em *Microfísica do Poder* (2004), no artigo intitulado *Soberania e Disciplina*, inicialmente publicado em 1976 (p.182-186), as seguintes precauções metodológicas:

1. Captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder principalmente nas suas formas e instituições mais regionais e locais.
2. Estudar o poder onde sua intenção (...) está completamente investida em práticas reais e efetivas; estudar o poder em sua face externa, onde ele se relaciona direta e imediatamente com aquilo que podemos chamar provisoriamente de seu objeto (...).
3. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia.
4. Deve-se (...) fazer uma análise ascendente do poder, partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas e táticas (...). Creio que deva ser analisada a maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder atuam nos níveis mais baixos, como estes procedimentos se deslocam se expandem, se modificam.
5. É bem possível que as grandes máquinas do poder tenham sido acompanhadas de produções ideológicas (...) mas não creio que aquilo que se forma na base sejam ideologias (...). São instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isso significa que o poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas.

É ainda em um texto de Foucault (2004), que vamos buscar as bases para o entendimento de como se interligam dois momentos de sua teoria: os micropoderes e a arqueologia dos saberes.

Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência (FOUCAULT, 2004, p. 179-180).

Se o poder relaciona-se com os discursos que circulam no meio social em que ele exerce sua “força”, e se isso pode ser comprovado, via discursos que se materializam dessas práticas de poder, buscaremos, no próximo tópico, explicitar a compreensão de Foucault sobre a Análise do Discurso.

1.1.3 Análise do Discurso

Como apoio metodológico para este trabalho, tomamos os estudos e entendimentos do que seria análise do discurso para Michel Foucault.

A análise dos discursos, observada por Foucault, levaram-no a perceber que há um deslocamento de texto para texto, uma migração de texto para texto, mas ao se deslocarem, conservam *algo que permanece*. Este *algo que permanece* foi definido por ele como sendo *o enunciado discursivo* (GASPAR, 2004 p. 43).

Neste sentido, Foucault (1995, p.56) justifica o discurso como *práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam*.

As práticas às quais esse autor se refere advêm de acontecimentos históricos que são representados tanto sob o ponto de vista científico (*formações discursivas*), como o das experiências pré-científicas (*formações não discursivas*). Para que se possa observar e descrever como um objeto do discurso se constitui nestas formações, faz-se necessário que o analista *estabeleça relações entre as superfícies* nas quais os objetos possam aparecer. Ou seja, observar e descrever o modo como eles foram representados nas superfícies dos textos, em diferentes momentos da história, procurando *relacioná-los* entre si (GASPAR, 2004, p. 45).

Para compreender os discursos, então, devemos empreender uma busca ao enunciado discursivo e desse para as formações discursivas. No entendimento de Foucault (1995, p.99, grifo do autor), o enunciado é

uma função de existência, que pertence, exclusivamente aos signos e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles *fazem sentido* ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de atos se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita).

Para encontrar os enunciados, seremos levados, segundo os pressupostos foucaultianos, a observar um conjunto de princípios que inscreve um enunciado na série dos filmes que pretendemos analisar. Para tanto, os princípios sugeridos por Foucault a

serem por nós observados serão: quem fala (sujeito); o campo associado ao qual o enunciado pertence; a inscrição do enunciado numa série; o enunciado apresentado em materialidades. Vamos explicitá-los abaixo.

Todos esses princípios foram extraídos do texto *Arqueologia do saber* (1995) e se encontram na unidade III: *O Enunciado e o Arquivo*, nos capítulos 1 e 2 (*Definir o Enunciado e A Função Enunciativa*).

Segundo Foucault (1995), para definirmos o **sujeito** de um enunciado é necessário compreendermos primeiro a relação entre o sujeito e aquilo que ele enuncia, sendo que devemos separá-lo também da relação com o autor, para não confundi-los. O autor, segundo Foucault (1995) é *o princípio de agrupamento dos discursos*, ou seja, é aquele que “agrega” as múltiplas vozes, de diversos sujeitos. O autor não é necessariamente o sujeito do enunciado. Podemos observar isso, por exemplo, em uma peça de teatro, em que o autor é aquele que escreveu a peça e os atores são aqueles que interpretam os diversos personagens. Contudo, ambos não se configuram, em suas funções, como sujeitos, pois o personagem que enuncia algo, em um determinado momento no espaço e no tempo será considerado o sujeito, já o autor é aquele que “agrupa” os enunciados discursivos dos sujeitos (no caso, os personagens). O que se analisa nos discursos são os enunciados pronunciados por alguns sujeitos e não todos os enunciados. Devido a isso é que Foucault (1995) explicitou que a posição de sujeito do enunciado é a de uma *função*, podendo ser exercida por diferentes sujeitos no momento da formulação do enunciado. Além disso, um mesmo indivíduo pode assumir diferentes posições de sujeito em diferentes enunciados. Isso levou Foucault (1995) a dizer que a lei que estabelece a ligação entre enunciado e sujeito estabelece, por conseguinte, uma relação singular entre eles. O sujeito, então, é antes uma *função* demarcada por singularidades que pertencem unicamente a determinado enunciado, sendo que o indivíduo produtor do enunciado muitas vezes não será o seu sujeito.

Para tentarmos explicitar o entendimento de Foucault sobre **campo associado**, devemos primeiro aproximá-lo do que poderia ser chamado de contexto, que é a situação real onde o enunciado é formulado. O contexto permite ver onde (numa relação com o espaço), quando (numa relação com o tempo) e como (em qual jogo social, com a presença de quais indivíduos) um enunciado foi produzido. O “contexto enunciativo” ou o campo associado, assim, revela a situação social onde o enunciado é produzido. Ele é um lugar que relaciona e associa outros enunciados, que foram “utilizados” no momento da concepção do enunciado a ser analisado. É no campo associado que o analista

percebe qual dos enunciados precisará elencar, e toma conhecimento daquilo que já se falou e ainda se fala sobre ele. É também o lugar onde este enunciado irá se inscrever e se fixar, ou seja, eternizar-se, e se colocar à disposição de outros enunciados, seja para que os próximos o reiterem seja para que contradigam o que o já foi dito sobre ele.

Já para fundamentar o conceito **série**, Foucault esclarece que a ela pode ser definida como o conjunto de leis, de regras de surgimento de que o enunciado se utiliza para que possa existir. Esses conjuntos de leis e de regras de aparecimento são singulares, mas eles conservam, no movimento reiterativo serial, “algo que permanece”. Esse “algo que permanece, repetidamente, numa série”, é também o que o analista percebe como sendo o enunciado.

Outro ponto trata-se da **materialidade** do enunciado, que, segundo Foucault, diz respeito à forma que o enunciado adquire no momento da enunciação. Diferente da noção de suporte, que é o material físico de que o enunciado se utiliza para se inscrever na história e se preservar, a materialidade é o formato, por assim dizer, que o enunciado adquire. Deste modo, pode-se dizer que a materialidade e o suporte sempre estão juntos para preservar o enunciado. Assim, quando vemos um quadro na parede, no qual observamos uma gravura de uma árvore e quando vemos a mesma gravura na capa de um livro, percebemos que sua materialidade imagética tenha permanecido a mesma, porém sua conjunção com o suporte (ora livro, ora tela) se modifica. Assim, o enunciado está inscrito em diferentes suportes, mas continua sendo o mesmo enunciado, apresentado numa série.

Foucault justifica que por esses princípios – sujeito, campo associado, série e materialidade – o analista reconhece a permanência, a alternância e os deslocamentos dos enunciados. Portanto, esses princípios auxiliam o analista a encontrar o enunciado. Quando se obtém esse reconhecimento, é possível agrupá-lo em uma formação discursiva (FD).

Na compreensão desse autor, as formações discursivas (FD) são descritas do seguinte modo:

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (...) diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 1995, p.43).

As regularidades que compõem a formação discursiva podem ser vistas quanto: às escolhas dos objetos, dos tipos de enunciação, dos conceitos e as escolhas temáticas. Embora não seja objeto deste trabalho especificá-las, situaremos alguns posicionamentos de Foucault sobre elas, uma vez que elas serão necessárias no movimento da análise.

Segundo Foucault (1995, p.56), os discursos podem ser vistos como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”. Isso demonstra que os discursos revelam aquilo que enunciam, para que o analista o construa. Essa construção dá-se também por meio da observação do **objeto** ao qual o analista se detém, sendo que uma formação discursiva se caracteriza também pelos mecanismos que recorre para formá-los. Estes mecanismos funcionam como instâncias, sendo elas divididas em três grupos: as de emergência, as de delimitação e as de especificação. Essas instâncias mostram que não se pode dizer sobre algo qualquer coisa em qualquer época histórica.

Outra regularidade que compõe uma formação discursiva diz respeito aos **tipos de enunciação**, ou seja, quem são os sujeitos que produzem a enunciação, bem como qual o lugar que estes sujeitos ocupam para poderem produzir um determinado enunciado. Deve-se aqui tomar o cuidado de não cair em uma armadilha: não existe, para Foucault, uma posição única que enuncia e dá sentido de verdade a algo. É preciso que diferentes sujeitos, ocupando diferentes posições e em diferentes lugares enunciem coisas similares. Os enunciados, assim, não se reúnem num único campo de conversão; ao contrário, eles se dispersam e se infiltram em saberes diversos, uma vez que isso se dá de diferentes modos. Devido a este fato, os enunciados muitas vezes são tidos como aquilo que já era dado, podendo ser vistos e “confundidos” como verdades universais.

A formação de **conceitos** é outro princípio que compõe a Formação Discursiva. Para percebermos esta regularidade com a qual se formam os conceitos, Foucault esclarece que devemos observar que os diversos conceitos que compõem um campo se relacionam entre si, de diversas formas. Uma destas formas de relacionamento são as *formas de sucessão*, que podem ser de três tipos: *disposições das séries enunciativas*, *tipos de correlação dos enunciados* e os *esquemas retóricos*. Além de se relacionarem entre si na forma de sucessão, a formação dos conceitos pode também admiti-los na *forma de coexistência* e nos *procedimentos de intervenção*. As relações de coexistência podem ser igualmente de três tipos: o *campo de presença*, o *campo de concomitância* e

o *domínio de memória*, que podem ser utilizados para modificar a forma de determinados enunciados.

A última das regularidades que compõem a Formação Discursiva é a formação das **estratégias**, que é a constituição dos temas e das teorias com a qual se relacionam numa dada formação discursiva. Para Foucault, o problema é encontrar a regularidade que gera a formação dos temas e teorias (estratégias).

Para Foucault, a análise das Formações Discursivas é que instituiria o sistema de **Arquivo**. Assim, para ele, um arquivo discursivo é

(...) a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa (...) e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos. (...) É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados (FOUCAULT, 1995, p. 149-150).

Portanto, nosso intuito com essa metodologia é o de agrupar e pesquisar um arquivo discursivo imagético sobre a pedofilia. Todavia, para dar conta e fazer ranger esse objetivo analítico, é preciso buscar outros suportes teóricos que possibilitem analisar mais especificamente a constituição de nosso *corpus*. Sendo assim, recorreremos ainda à obra de Dominique Maingueneau.

1.2 A Análise do Discurso à luz de Dominique Maingueneau

O francês Dominique Maingueneau é um estudioso da Análise do Discurso que tem desenvolvido pesquisas sobre diferentes temas, tendo como preocupação tratar o arcabouço teórico-metodológico da AD como elemento a ser constantemente retrabalhado, a partir da análise de diferentes corpora discursivos. No início de seu desenvolvimento, a AD procurava trabalhar principalmente sobre textos marcadamente políticos, o que este autor procurará agora é definir as bases dos estudos discursivos de outros tipos de textos: religioso, científico, literário e filosófico.

Nas obras estudadas até o momento, os textos que mais se destacam, ou que melhor foram investigados pelo autor são os textos literários. O desenvolvimento dos conceitos de Discurso Constituinte e juntamente com ele, também o desenvolvimento da noção de Paratopia serão o alvo de nossas primeiras indagações sobre sua obra.

Em um segundo momento, estudaremos a continuação deste trabalho de Maingueneau, onde veremos que o autor desenvolverá as noções de atopia, tropismos, mimotopia, associando cada uma a um tipo de discurso diferente.

Ainda, considerando a complexidade da teoria desenvolvida por este autor, e considerando ainda a necessidade de entendimento de alguns outros conceitos que serão abordados em nossas análises, após discutir sobre os discursos tópico, atópico paratópico, elaboraremos algumas considerações a respeito das noções de semântica global, prática discursiva, prática intersemiótica, ethos e cenografia, a fim de que possamos melhor subsidiar nossas análises. Antes dessa apresentação conceitual, acreditamos ser pertinente tecermos alguns comentários no tocante aos procedimentos metodológicos que adotamos para a análise de nosso *corpus*.

Segundo Courtine (2007, p. 125), em Análise do Discurso de orientação francesa há basicamente “duas possibilidades de tratamento de *corpora*”. Por um lado, é possível trabalhar com *corpus* de base experimental, ou seja, com questionários dirigidos a um interlocutor em uma situação específica, por exemplo, e, por outro, com *corpus* de base arquivística, isto é, com um conjunto de textos institucionais, semelhantes aos mobilizados pelos historiadores. Importante salientar que os *corpora* em Análise do Discurso não são dados *a priori*. A questão de pesquisa é que determina a maneira mesmo como os *corpora* serão montados e frequentados.

Ampliando a discussão sobre o tratamento de diferentes tipos de *corpora* em AD, Maingueneau (2007) nos diz que as unidades fundamentais com as quais trabalham os analistas do discurso são formação discursiva, gênero de discurso e posicionamento. Entretanto, na grande maioria das vezes a articulação dessas unidades – e mesmo sua compatibilidade – não são explicitadas pelos analistas.

No intuito de melhor compreender tais unidades, Dominique Maingueneau (2007) propõe pensá-las em dois grandes grupos: Unidades Tópicas e Unidades Não-Tópicas. Das primeiras fazem parte as Unidades Territoriais e as Unidades Transversas das segundas fazem parte as Formações discursivas e os Percursos. Das Unidades Territoriais, por sua vez, fazem parte os tipos e os gêneros de discurso, subdivididos em gêneros de campo e gêneros de aparelho e, das Unidades Transversas fazem parte os registros: lingüísticos, funcionais e comunicacionais.

O quadro a seguir, retirado de Maingueneau (2007) resume os diferentes tipos de unidades com as quais trabalham os analistas do discurso.

<i>Unidades tópicas</i>		<i>Unidades não-tópicas</i>	
<i>Territoriais</i>	<i>Transversas</i>	Formações discursivas	Percursos
Tipos / Gêneros de discurso ----- a) Gêneros dependentes de campos b) Gêneros dependentes de aparelhos	-Registros lingüísticos -Registros funcionais -Registros comunicacionais		

Nosso trabalho trata então, por sua temática mesmo, de unidades não-tópicas. Todavia, não de formações discursivas, pois unidades como “o discurso sobre a pedofilia”, «o discurso racista», «o discurso pós-colonial», «o discurso patronal», por exemplo, não podem ser delimitadas por fronteiras que não sejam as estabelecidas pelo pesquisador (MAINGUENEAU, 2007, p. 32.). Trabalhamos com os percursos. Por essa categoria Maingueneau (2007, p 32-3) entende:

Os analistas do discurso podem ainda construir corpus de elementos de diversas ordens (palavras, grupos de palavra, frases, fragmentos de textos) extraídos do interdiscurso, sem buscar construir espaços de coerência, ou seja, sem procurar constituir totalidades. Nesse caso, deseja-se, ao contrário, desestruturar as unidades instituídas por meio da definição de *percursos* inesperados: a interpretação se apóia, assim, sobre a explicitação de relações imprevistas no interior do interdiscurso. Esses percursos são hoje consideravelmente facilitados pela existência de *softwares* que permitem tratar conjuntos de textos bastante vastos. Podemos prever percursos de tipo formal (certo tipo de metáfora, uma dada forma de discurso relatado, de derivação sufixal, etc.); porém, nesse caso, se não trabalhamos com um conjunto discursivo bem especificado, recaímos na análise puramente lingüística. Podemos igualmente prever percursos baseados em materiais lexicais ou textuais: por exemplo, a retomada ou as transformações de uma mesma expressão em uma série de textos, ou então as diversas recontextualizações de um «mesmo» texto.

É preciso considerar, no entanto, que trabalhamos com um tipo particular de percurso que foge ao descrito por Maingueneau (2007) (palavras, grupos de palavra, frases, fragmentos de textos), trata-se do texto multimodal. Com base nesse tipo de texto, nosso trabalho “é desestruturar as unidades instituídas por meio da definição de *percursos* inesperados: a interpretação se apóia, assim, sobre a explicitação de relações imprevistas no interior do interdiscurso” (MAINGUENEAU, 2007, p. 33). Feitas essas breves considerações sobre o aporte metodológico que sustenta nossa pesquisa, passamos para a apresentação conceitual.

1.2.1 Discurso constituinte e paratopia

O termo discurso constituinte aparece na obra *Discurso Literário*, de Dominique Maingueneau, como uma característica de determinados discursos de administrar as condições de sua própria existência. Os principais representantes dessa modalidade textual são os discursos literário, religioso, filosófico e científico.

A proposta de Maingueneau para o estudo dos Discursos Constituintes possibilita um novo olhar sobre os textos com que a Análise do Discurso trabalha em seu corpus de pesquisa.

Interessar-se pelos discursos constituintes é ir de encontro a uma certa rotina de trabalhos em Análise do Discurso, onde se tem a tendência de privilegiar as interações conversacionais, ou então tipos de discursos como o do discurso publicitário, midiático, político, escolar. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 37)

Agora será operado um deslocamento nos estudos do discurso. Os tipos de textos citados por Maingueneau terão que compartilhar espaço com os textos que antes eram estudados por outras disciplinas das ciências humanas, como os textos literários e religiosos.

Notamos ainda outra característica marcante dos discursos constituintes: é a sua relação com a comunidade que o produz, eles são, na maioria das vezes, reflexos da uma organização social em torno de uma prática determinada. Nas palavras de Maingueneau

Uma análise da “constituência” dos discursos constituintes deve concentrar-se em mostrar o vínculo inextricável entre o intradiscurso e o extradiscursivo, a imbricação entre uma organização textual e uma atividade enunciativa (MAINGUENEAU, 2006, p. 62)

Então, se há uma estreita ligação entre a produção dos enunciados e a comunidade que o produz, sempre que o objeto de nosso estudo for um discurso constituinte deveremos levar em conta que “*todo estudo que se pergunta sobre o modo de emergência, circulação e consumo de discursos constituintes deve dar conta do modo de funcionamento dos grupos que os produzem e gerem*”. (MAINGUENEAU, 2006, p.69)

Também não devemos nos esquecer de que *nem sempre os discursos constituintes se posicionam em lados opostos de uma formação discursiva*. Isso pode acontecer mesmo que eles tenham sido produzidos em grupos sociais diferentes. Ocorre que grupos distintos, como aqueles que produzem enunciados científicos e religiosos, podem se posicionar de forma semelhante no que diz respeito a determinados assuntos e

de forma diferente no que tange a outros. Isso nos leva ainda a mais uma conclusão: sempre que se levar em conta o estudo de discursos constituintes, não devemos tomar como “já dito” que suas enunciações partem de pontos de vista antagônicos.

Ainda, os discursos constituintes além de constituir a si próprios, são responsáveis também pela constituição de outros discursos, ou pelo menos de outros textos. Assim, um texto religioso, além de criar as condições de sua própria existência, que tornarão seus enunciados legítimos, deve também legitimar outros textos, que, partindo dele, serão postos em circulação na mesma comunidade discursiva.

Uma hierarquia se instaura entre os textos “primeiros” e os que se apóiam sobre eles para comentá-los, resumi-los, refutá-los, etc... *O discurso constituinte supõe essa interação de regimes diversos, que têm, cada um, um funcionamento específico.*(MAINGUENEAU, 2008b, p. 44, grifo nosso)

A dúvida que levantamos agora, e com a qual tentaremos trabalhar no próximo tópico, se além a um fato que não fica claro nas obras consultadas do autor: se um discurso constituinte é comentado, resumido, refutado, essas produções que se derivam dele não pertenceriam mais ao quadro dos discursos constituintes, pois, tendo um caráter dependente dos mesmos, elas não são capazes de criar as possibilidades de sua própria existência?

Os discursos constituintes são discursos que conferem sentido aos atos da coletividade, sendo em verdade os garantes de múltiplos gêneros do discurso [...] são a um só tempo, autoconstituintes e heteroconstituintes, duas faces que se pressupõem mutuamente: só um discurso que se constitui ao tematizar sua própria constituição pode desempenhar um papel constituinte com relação a outros discursos. (MAINGUENEAU, 2006, p. 61)

Dessa forma, encontramos duas possibilidades de conclusão: na primeira, os textos que refutam, resumem, etc... os discursos constituintes seriam também discursos constituintes, na segunda, eles ocupariam outras *topias*, as quais estudaremos mais adiante.

Mencionamos outras *topias*, pois segundo este estudo de Maingueneau, os textos constituintes possuem uma característica com relação ao lugar que ocupam na sociedade os seus enunciadores. O lugar ocupado pelos Discursos Constituintes, definido como paratopia é apenas mais uma das suas condições de produção/existência, mas é em torno dele que continuaremos a desenvolver este tópico.

Ser paratópico é, em linhas gerais, localizar-se em dois lugares ao mesmo tempo, a paratopia é a instância do discurso que liga o enunciador a um lugar social onde a enunciação se torna possível. No caso dos Discursos Constituintes, este lugar possui uma relação delicada com o discurso, ela implica ao mesmo tempo um pertencimento e uma negação desse pertencimento.

O modo de enunciar do discurso constituinte é um falar sobre si mesmo como se fosse outro. É produzir regras sobre seu grupo, mas podendo utilizá-las com um caráter universal. É estar dentro e enunciar como se estivesse de fora.

Ainda, o Discurso Constituinte tem outra característica: ele enuncia sobre um mundo e, ao mesmo tempo, integra este mundo com sua enunciação.

Uma análise da “constituição dos discursos constituintes deve assim se ater a mostrar a articulação entre o intradiscursivo e o extradiscursivo. Esses discursos representam o mundo, mas suas enunciações são parte integrante desse mundo que eles representam, elas são inseparáveis da maneira pela qual geram sua própria emergência, o acontecimento de fala que elas instituem. (MAINGUENEAU, 2008b , p. 36).

A respeito das características da paratopia, faremos uma observação: considerando que a obra de Mangueneau utilizada para subsidiar a escrita dessa dissertação tem como principal foco a análise das obras literárias, é natural que o desenrolar de nosso texto seja voltado também para a literatura. Neste ponto, então, sugeriremos ao leitor que de modo algum estranhe a utilização de exemplos trazidos do campo literário, muito embora tentaremos também elaborar alguns vindos de outros lugares também considerados constituintes.

Para enunciar um discurso constituinte, por exemplo, no campo da literatura, o escritor somente será capaz questionar uma determinada situação se ele estiver vivenciando esta situação, porém, ele deve tentar abandona-la, participando dela com os outros sujeitos e ao mesmo tempo fazer um esforço de distanciamento, procurando observar os atos desse grupo, desse meio que pertence do lado de fora.

Para produzir enunciados reconhecidos como literários, é preciso apresentar-se como escritor, definir-se com relação às representações e aos comportamentos associados a essa condição.(MAINGUENEAU, 2006, p. 89)

É utilizar-se de uma experiência pequena é produzir um conhecimento global. É ser capaz de enunciar as verdades do mundo, sejam elas religiosas, científicas (positivistas) e algumas vezes até antropológicas/sociológicas (se conseguíssemos conceber a literatura como uma forma de investigação do que acontece no mundo)

Ainda que uma obra tenha uma pretensão universal, sua emergência é um fenômeno fundamentalmente local, e ela só se constitui por meio das normas e relações de força dos lugares em que surge. É nesses lugares que ocorrem verdadeiramente as relações entre o escritor e a sociedade, o escritor e sua obra, a obra e a sociedade. (MAINGUENEAU, 2006, p. 94)

Ainda existem algumas características de ser paratópico que deveremos examinar um pouco mais de perto.

O escritor é alguém que não tem um lugar / uma razão de ser [...] mas alguém cuja enunciação se constitui através da própria impossibilidade de atribuir a si um verdadeiro lugar, que alimenta sua criação do caráter radicalmente problemático de seu próprio pertencimento ao campo literário e à sociedade. (MAINGUENEAU, 2006, p. 108)

Entretanto, estaremos nos enganando se pensarmos que basta estar inserido em uma paratopia para ser capaz de enunciar um discurso constituinte, há ainda outras características que os constituem, a paratopia é apenas aquela de que nos ocuparemos nesta dissertação.

O caráter problemático de pertencimento a um lugar social, denominado paratopia pode ser identificado de diversas formas, a depender do sujeito enunciativo e da sociedade em que ele está inserido. Se olharmos a relação entre os seremos capazes de identificar esses lugares onde a paratopia torna-se possível. Ainda por meio da obra *O Discurso Literário* (p.110), Maingueneau elabora uma lista de exemplos de lugares onde o pertencimento é socialmente questionado: são paratopias de identidade, paratopias espaciais e paratopias temporais.

Dentre as paratopias de identidade, é comum encontrarmos a paratopia familiar (filhos adotivos), paratopia sexual (homossexuais) e a paratopia social (o criminoso, o louco, as exclusões das deficiências, os preconceitos em geral).

A paratopia espacial problematiza sobre os lugares que se ocupa no plano físico, mas que de certa forma incidem sobre o plano social. Ser imigrante, estar em uma terra que não é a sua, em uma nação que não é a sua é a forma mais comum da paratopia

espacial. Quanto à paratopia temporal, podemos concebê-la de duas formas, ou o sujeito enunciador pertence ao passado, ou pertence ao futuro, porém ele nunca coincide com a época em que está vivendo.

Ainda, por mais que se possa pensar em pertencer e não pertencer, o escritor, ou melhor, o enunciador não é sempre um sujeito isolado. Para o caso, por exemplo, de um cientista, ele sempre precisará de um grupo de leitores e muitas vezes estará inserido em um grupo de pesquisadores com os quais ele compartilhará a experiência da produção de textos.

Por sua maneira de inserção no espaço literário da sociedade, o autor cria, na verdade, as condições de sua própria criação; há obras cuja autolegitimação passa pelo afastamento solitário de seu criador e outras que exigem sua participação em empreendimentos coletivos. (MAINGUENEAU, 2006, p. 93)

É finalizando as considerações sobre o Discurso Constituinte e a Paratopia que abriremos espaço para a discussão de outras topias e por consequência, de outras formas discursivas. A Atopia, tema de nosso próximo tópico, é utilizada por Maingueneau para tratar de textos cuja produção não é assumida pela sociedade, e que temporariamente chamaremos de Discursos Negados.

1.2.2 Os discursos negados e a Atopia

Se no discurso constituinte, a principal característica era a paratopia, ou seja, o pertencimento ao conjunto das práticas enunciativas era problemático, visto que seu autor deveria tentar posicionar-se ao mesmo tempo dentro e fora da sociedade o discurso atópico assume outra característica, ele está sempre fora da sociedade, uma vez que aqueles que se envolvem em sua produção e em seu consumo estão sempre às margens da sociedade.

Não têm dependência funcional problemática no espaço social: é uma produção tolerada, clandestina, noturna, que se insinua nos interstícios do espaço social. A produção pornográfica é superabundante, o consumo não é menor, mas os produtores ou os consumidores são sempre os outros. (MAINGUENEAU, 2008c, p. 16)

Na obra de Dominique Maingueneau, a atopia não poderia ser descrita como um lugar social, pois ela é a característica de textos e dos rituais que tradicionalmente não são assumidos pelos sujeitos que compõem uma sociedade.

Assim, a depender da sociedade de que tratamos, podemos considerar como atópicos os textos provenientes de práticas pornográficas, pedófilas, necrófilas, os rituais de magia negra, etc...

A pornografia divide a atopia com outras práticas verbais, que variam de acordo com a sociedade: palavrões, canções libertinas, ritos de feitiçarias, missas negras etc. são tanto práticas constantemente declaradas, mas que são caladas, reservadas a espaços de sociabilidade muito restritos ou a momentos muito especiais (MAINGUENEAU, 2008c, p. 16-17)

Em geral, podemos dizer que estas práticas existem, mas os sujeitos não chamam para si a responsabilidade de sua autoria. Assim, por mais que se saiba de sua existência, sempre creditamos ao outro a autoria e mesmo a utilização dos textos produzidos. Logo, ser atópico é ser negado, é pertencer a um não-lugar social.

Age na fronteira do estado social, mas não é da mesma fronteira que se trata: [...] idealmente, a sociedade não tem que saber que ela existe, ela não é obrigada a lhe ceder um lugar e não levantará jamais estátua a seus autores. (MAINGUENEAU, 2008c, p. 17)

Diferente da paratopia, onde a problemática do pertencimento girava em torno do enunciador estar dentro/fora do lugar social sobre o qual enunciava, a atopia marcará sempre, nas palavras de Maingueneau (ibidem, p. 17), uma *dupla impossibilidade*:

1. É impossível que ela não exista (certamente que a literatura pornográfica existe, no sentido que ela é plenamente declarada)
2. É impossível que ela exista (ela é clandestina, nômade, parasita, escondida)

Esses lugares instáveis onde permanecem os discursos constituintes e os discursos negados não são, entretanto, os únicos lugares possíveis para a inscrição discursiva. Há ainda outros tipos de discursos, que, poderão ser incluídos em outros lugares de enunciação. Quais são esses textos e que lugares eles ocupam?

1.2.3 Tropismos e Mimotopia

Trata-se aqui de tentar elaborar algumas considerações sobre o modo de funcionamento dos textos que a análise do discurso primeiro trabalhou como corpus de pesquisa: os discursos publicitário, midiático, político, escolar.

Encontramos nas obras pesquisadas até agora, algumas orientações a cerca dos discursos que não se enquadram na categoria de discursos constituintes. No artigo

intitulado *Além da paratopia*, Maingueneau aborda duas outras variantes discursivas: o *Tropismo* e aquilo que é chamado de *Mimotópico*. Nas palavras deste autor

somos naturalmente levados a fazer uma distinção implícita entre os discursos paratópicos – os discursos constituintes – e os discursos “tópicos”, ou seja, o resto da produção discursiva da sociedade. (MAINGUENEAU, 2008c, p. 13)

Compreendemos que “resto da produção discursiva da sociedade” é uma expressão complicada, pois não é possível compreender por meio dela quais as características mais particulares desses discursos. Entretanto podemos começar a delinear o que seriam os *tropismos* por meio das observações feitas sobre o discurso político: ele nos mostra que este discurso não pode pertencer ao quadro dos discursos constituintes, suas características não o autorizam a se firmar enquanto um discurso que se autolegitima.

Ainda para definir esses discursos não constituintes, Maingueneau discorre sobre um conjunto de práticas chamado “sombas”:

tem-se pela frente um conjunto de práticas discursivas que implicam uma distinção essencial entre discursos primeiros [...] e discursos segundos assumidos pelos especialistas que os comentam [...] me parece que uma teoria dos discursos constituintes deveria levar em conta esse tipo de fenômeno, que seria preciso elaborar o que se poderia chamar de uma teoria das ‘sombas’ dos discursos constituintes (Ibidem, p. 15-16)

Logo, compreendemos que algumas práticas discursivas que não são constituintes estão orientadas em direção aos discursos constituintes. Essa orientação, a nosso ver, seria como uma dependência, pois a existência do discurso constituinte é primordial para que exista um outro discurso que se apoie nele.

Por esses dois conjuntos de fenômenos – as práticas discursivas atadas ao político ou às ‘sombas’ – poderíamos falar de relação ‘tropismo’ com relação aos discursos constituintes. Mas pode-se distinguir o tropismo global do discurso político, que tem a pretensão de tocar o conjunto da coletividade, e os tropismos restritos das ‘sombas’. (Ibidem, p. 16)

Esta pequena exposição que agora fizemos não deve ser estendida à publicidade. Para ela, Maingueneau coloca outra categoria, a dos discursos *Mimotópicos*, palavra que deriva de mimetismo, ou seja, a capacidade de adaptar-se às condições determinadas e passar despercebido.

Para o autor, a publicidade é um discurso que tem a capacidade de se camuflar em outras formas de textos, que não necessariamente aparentam ser propagandas.

1.2.4 Existirá mesmo um Discurso Tópico?

No artigo *Para além da paratopia* (2008c, p. 18), quando o autor aborda a constituição dos discursos que não possuem fronteiras bem delimitadas do lugar social de sua constituição, ele coloca lado a lado os discursos paratópicos e atópicos.

Considerados termos marcados com relação à topia, os discursos paratópicos e atópicos podem ter algumas afinidades. [...] Uma e outra são, com efeito, discursos fronteiras, mais precisamente discursos que confundem fronteiras: uma é paratópica e a outra atópica, mas todas as duas só existem por uma localização paradoxal.

Vimos também que ele adota termos que definem o lugar de outros tipos de discursos como a mimotopia para os textos publicitários e os tropismos para os textos políticos. Mas há algo que não ficou claro nas leituras que fizemos. Dizemos isso a respeito da seguinte passagem do mesmo texto

somos naturalmente levados a fazer uma distinção implícita entre os discursos paratópicos – os discursos constituintes – e os discursos “tópicos”, ou seja, o resto da produção discursiva da sociedade. (Ibidem, p. 13)

Mas, como poderíamos então definir os discursos tópicos? Como conseguiremos definir o que é “o resto da produção discursiva da sociedade? Ao falarmos das “topias” de Dominique Maingueneau, deveremos sempre nos recordar de que estamos falando de lugares sociais ocupados pelos enunciadores dos textos: estaremos falando de seus pertencimentos, e das recusas de seus pertencimentos. Uma *topia* é o lugar social que autoriza ou desautoriza uma enunciação.

1.2.5 Investigações sobre a semântica global e as práticas discursivas

Trata-se, a princípio, de um dos conceitos centrais sobre o qual é edificada a obra *Gênese do Discurso*, juntamente com as questões sobre o Primado do Interdiscurso, é a idéia da *semântica global* que orienta o desenvolvimento dos outros capítulos do livro. Principalmente os capítulos 5 e 6, que tratam das práticas discursivas.

Segundo Mussalim (2008, p. 70 e 71)

“Maingueneau assume a perspectiva de que discurso e instituições se articulam através de **um sistema de restrições semânticas** comum, postulando, portanto a existência de uma mesma rede que rege semanticamente diversas instâncias da prática discursiva – instituição,

enunciadores, ritos genéricos, enunciação, difusão e consumo. Levando ao limite esta concepção, ainda afirma que a prática discursiva deve ser considerada uma ‘prática intersemiótica’, que integra não somente as unidades de um conjunto de enunciados, mas também produções que relevam os outros domínios semióticos, como o musical e o pictórico, por exemplo.”

A **semântica global** seria o princípio que rege as práticas discursivas de uma instituição determinada, mas ainda se pode falar de práticas discursivas sem que exista uma instituição, ou sem que se tenha conhecimento sobre ela.

O primeiro ponto a se destacar na discussão apresentada pelo autor é a presença de uma **Instituição**, que seria responsável pela organização do que é dito num determinado espaço enunciativo. No pensamento do autor, as instituições não estão separadas dos discursos que produzem, considerando que mudanças nas instituições podem acarretar mudanças nos discursos, não é possível a uma instituição que pronuncie qualquer coisa em qualquer época, com qualquer sentido. Mesmo que uma dada palavra seja mobilizada por duas ou mais instituições quando se trata de uma discussão de idéias no mesmo campo, esta palavra, a utilização que se faz dela, os sentidos trazidos e veiculados a ela serão diferentes. Para Maingueneau, “*a passagem de um discurso a outro é acompanhada de uma mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que gerem esses discursos.*” (2008a, p. 119, grifo nosso)

Maingueneau esclarece, ao final do Capítulo 3 de *Gênese do Discurso*, que

as restrições da semântica global não se destinam somente a analisar idéias. Elas especificam o funcionamento discursivo que, em graus diversos, investiu as vivências dos sujeitos. Vimos como a “doutrina” era em realidade inseparável de uma interdiscursividade, de um modo de enunciação, de um processo de ‘incorporação’..., que são as mesmas categorias que governam todos esses planos ao mesmo tempo. O sistema de restrições define tanto uma relação com o corpo, com o outro...quanto com idéias, é o direito e o avesso do discurso, toda uma relação imaginária com o mundo. (2008a, p. 96)

No capítulo dedicado à Prática Discursiva Maingueneau propõe

como os enunciadores definiam seu estatuto e seu modo de enunciação, inscrevendo-se, e com eles, seus enunciatários, numa certa posição social. *Sobre esse ponto, nós nos encontramos na junção do discurso e das instituições que produzem e fazem circular seus enunciados.* (2008a, p. 122)

A prática discursiva compreende então um conjunto de atos, de modos de ser e se localizar no mundo, que impregnam o discurso de um sujeito/instituição.

“Essas reflexões sobre a relação entre a semântica do discurso e instituição nos conduzem, pois, a tomar distância em relação à idéia

segundo a qual ela seria um simples suporte para as enunciações que seriam fundamentalmente exteriores a ela. Ao contrário, parece muito claro que estas enunciações são tomadas pela mesma dinâmica semântica pela qual a instituição é tomada. Não se poderia, pois, fazer funcionar aqui um esquema do tipo infra-estrutural, sendo a instituição a causa e o discurso, seu reflexo ilusório. A organização dos homens aparece como um discurso em ato, enquanto o discurso se desenvolve sobre as próprias categorias que estruturam essa organização” (2008a p.128).

Entretanto, não é somente entre os textos de natureza oral/escrita que possuem práticas discursivas, e não somente sobre eles que atua o sistema de restrições semânticas que atuam no discurso. É com base nesta idéia que Maingueneau abre o capítulo 6, **Por uma Prática Intersemiótica**.

Para o autor deveremos pensar que os textos que circulam em nossa sociedade, quando tratam de um mesmo tema e independente de sua materialidade e de seu suporte, podem se inscrever nas mesmas formações discursivas. Em suas palavras, “os diversos suportes semióticos não são independentes uns dos outros, estando submetidos às mesmas escansões históricas, às mesmas restrições temáticas, etc...” (Maingueneau, 2008a, p. 138). Haveríamos de compreender então, para as materialidades que são diferentes da escrita e da fala, como encontrar os elementos que pertencem à mesma semântica global de uma formação discursiva determinada.

Trataremos, então, deste ponto para frente do trabalho, de textos analisados, sejam eles textos escritos, ou imagens, ou os dois ao mesmo tempo, isto por que, como vimos em Maingueneau “*Convencionaremos chamar de ‘textos’ os diversos tipos de produções semióticas que pertencem a uma prática discursiva.*” (2008a, p. 139). Porém, como haveríamos de enxergar o pertencimento de um texto imagético a uma determinada prática discursiva?

Parece-nos que o próprio autor nos dá uma resposta no que diz respeito a imagem. No capítulo 6 do livro *Gênese do Discurso*, ele diz que:

A depender de se tratar de obras destinadas a tais instituições, a tais lugares, a tais funções [...], o formato, o tema, a escolha das cores, etc... serão afetados, não a título de parâmetros acessórios, mas porque isso se inscreve nas próprias condições de funcionamento da prática discursiva, tanto quanto o didatismo [...] O texto pictórico, por mais solitário que pareça, pelo simples fato de pertencer a prática discursiva supõe tacitamente um conjunto virtual daqueles com os quais pode ser legitimamente associado (Maingueneau, 2008a p. 141, grifo nosso)

Considerando que os textos que abordaremos neste trabalho serão, em sua totalidade, textos imagéticos e ainda, considerando que eles tem sua enunciação em diversos setores da sociedade, acreditamos que um conceito produtivo para abordá-los, além da prática discursiva, seja o **ethos** e com ele, juntamente, as **cenias da enunciação**, os quais falaremos no próximo tópico.

1.2.6 Sobre o *ethos* e as cenias da enunciação

Destacamos para a melhor compreensão deste conceito de Ethos discursivo o *Ethos, cenografia e incorporação*, de autoria de Dominique Maingueneau, presente na obra *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*, organizada por Ruth Amossy.

Importante conceito trabalhado na Análise do Discurso, o *Ethos discursivo* é mostrado no próprio discurso, o sujeito leitor do texto percebe a corporalidade do sujeito autor por meio do próprio texto.

Quanto à corporalidade, ela está associada a uma compleição física e uma maneira de vestir-se. Mais além, o ethos implica uma maneira de se mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento. O destinatário a identifica apoiando-se num conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente, em estereótipos eu a enunciação contribui para confrontar ou transformar: o velho sábio, o jovem executivo dinâmico, a mocinha romântica... (Maingueneau, 2008d, p. 18)

A questão essencial é que o ethos está *ligado à enunciação*, não a um saber extradiscursivo sobre o enunciador (2008e, p. 70). Ou seja, não é por desconhecer o enunciador de um texto que o leitor não conseguirá construir uma imagem dele. “Mesmo que o co-enunciador não saiba nada previamente sobre o caráter do enunciador, o simples fato de que um texto pertence a um gênero do discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de ethos.” (2008e, p. 71).

Considerando a natureza do corpus pesquisado neste trabalho entendemos que é proveitoso extrair do texto algumas premissas que o autor coloca sobre o ethos no discurso publicitário.

No texto *Problemas de Ethos*, presente na obra *Cenias da enunciação*, há a seguinte passagem:

O discurso publicitário contemporâneo mantém, por natureza, um laço privilegiado com o ethos; de fato, ele procura persuadir associando os produtos que promove a um corpo em movimento, a uma maneira de habitar o mundo; como o discurso religioso, em particular, é por meio

de sua própria enunciação que uma propaganda, apoiando-se em estereótipos avaliados, deve encarnar o que ela prescreve (2008b, p. 66)

Em outro texto, publicado na coletânea brasileira *Ethos discursivo* (2008d, p. 19), Maingueneau propõe “*em sua própria enunciação, a publicidade pode, apoiando-se em esterótipos validados, ‘encarnar’ o que prescreve*”. O estudo do ethos é uma tentativa de compreensão dos motivos que levam o co-enunciador a aderir a um determinado enunciado e não a outro em seu lugar. Trata-se quase de um processo de sedução, onde o co-enunciador é levado pelo enunciador se colocar no lugar de quem está em cena.

Neste mesmo texto, ao analisar o caso particular de um folheto publicitário, Maingueneau expõe que o discurso publicitário pode recorrer a um ethos híbrido, misturando modos opostos de pertencimento ao mundo, e mesmo assim, provocando uma significação. “*Vemos a capacidade do discurso de criar ethé que não remetem a modos de dizer socialmente atestados, e que, no entanto têm eficácia social, uma vez que permitem definir cenas de enunciação nas quais os atores sociais dão sentido a suas atividades*” (2008d, p. 26)

Interessante notar que nos textos lidos a noção de ethos está sempre ligada à noção de cenas de enunciação. A cena de uma enunciação é o lugar de apreensão do ethos discursivo e justamente por isso se diz que não é necessário um conhecimento extra discursivo sobre o enunciador. Procuraremos agora compreender como funcionam as cenas do discurso. Maingueneau separa as cenas em três: *a cena englobante, a cena genérica e a cenografia*.

A primeira delas, a *cena englobante* “corresponde ao tipo de discurso; ela confere ao discurso seu estatuto pragmático: literário, religioso, filosófico” (Maingueneau, 2008e, p. 75)

A *cena genérica* “é a do contrato associado a um gênero, ou a um subgênero de discurso: o editorial, o sermão, o guia turístico, a consulta médica.” (Maingueneau, 2008b, p. 70)

Quanto à *cenografia*, ela trata do texto em si, ou melhor, “é a cena de fala que o discurso pressupõe para poder ser enunciado e que, por sua vez, deve validar através de sua própria enunciação” (2008b, p. 70). Ela é, de acordo com o autor, o lugar mesmo onde o ethos aparece em uma enunciação, dessa forma, para uma melhor compreensão do ethos, torna-se necessário compreender a cenografia em que ele aparece.

A cenografia, com o ethos da qual ele participa, implica um processo de enlaçamento: desde sua emergência a fala é carregada de certo ethos, que, de fato, se valida progressivamente, por meio da própria enunciação. A cenografia é assim, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que este discurso engendra: ela legitima um enunciado que por sua vez deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena da qual vem a palavra é precisamente a cena requerida para enunciar nessa circunstância (2008b, p. 71)

Finalizando este capítulo teórico que nos ajudará na análise do corpus, começaremos a delinear nosso objeto de pesquisa. No tópico seguinte, abordaremos a história da infância, com o objetivo de entender um pouco sobre essa criança que os textos do corpus insistem, precisam ser protegidas. Também na próxima seção, abordaremos algumas noções sobre a imagem, que é o grande marco da constituição do corpus pesquisado, a saber, campanhas publicitárias contra o abuso e a exploração sexual infantil.

2 Arquivo de imagens: constituição, descrição e análises

2.1 História da infância

No capítulo precedente, falamos sobre o arcabouço teórico-metodológico que nos dá sustentação na análise de nosso objeto de estudo. Neste capítulo contextualizaremos nosso *corpus* de estudo. Conforme enunciado trabalhamos com a categoria de percurso. Quando nos propusemos a falar sobre a pedofilia, e depois, enquanto realizávamos a revisão de literatura sobre o tema, percebemos que seria necessário rever o que já se havia escrito sobre a história da infância, com o objetivo de compreender como se formou o sentido de infância e em que se baseiam os estudos sobre a pedofilia.

Podemos dizer, que a criança nem sempre foi vista da mesma forma pelos adultos. Quando imaginamos a criança hoje, lembramos imagens de crianças inocentes, cuja infância é dominada por brincadeiras com outras crianças. A pureza e a inocência das crianças também são evocadas nessas imagens. Segundo Ariès (1986, p.125) “uma das leis não escritas da nossa moral contemporânea, a mais imperiosa e mais respeitada de todas, exige que diante das crianças os adultos se abstenham de qualquer alusão, sobretudo jacosas, a assuntos sexuais”. Porém, lendo os relatos deste autor, e de alguns outros, temos a idéia de que nem sempre este sentimento de infância foi o mesmo. No início do século XVI, a idéia de infância não existia, a criança, do ponto de vista do adulto, era um “adulto pequeno”. Sendo nessa época inábil para o trabalho, elas eram entregues aos cuidados dos criados, viviam misturados a eles, e geralmente não estudavam. Sendo assim,

a infância não existirá também. Não existirá no sentido que emprestamos ao termo, enquanto fase particular de indivíduos particulares – as crianças. A criança existe, mas não conta, por isso vive misturada aos adultos, sem atendimento especial, sem particularismo. Precisarão um longo processo de transformação econômica, social e política para que vejamos nascer novos valores, como o individualismo – incorporado no cidadão, o intimismo, o amor como signo familiar, a valorização da criança e a celebração da infância (OSTETTO, 1992, p. 25-26).

E visto que eram consideradas como adultos, não havia para com elas o sentimento de inocência e puerilidade que conhecemos hoje. Assim, vemos pelo relato de Dainville, citado por Ariés (1986, p.128), que “o respeito devido às crianças era então (no século XVI) algo totalmente ignorado. Os adultos se permitiam tudo diante delas: linguagem grosseira, ações e situações escabrosas; elas ouviam e viam tudo” (DAINVILLE, 1892, *apud* ARIÈS, 1986, p. 128).

Não devemos imaginar, entretanto, que esta preocupação (ou a falta de preocupação) com as crianças tivesse algo a ver com a posição das famílias na hierarquia da sociedade, pois o sentimento com relação à infância era o mesmo em famílias pobres e ricas. A ausência de cuidado com o linguajar dos adultos e a presença de crianças nos leitos de casais era uma prática comum, e sendo assim,

não há por que pensar que o clima moral devesse ser diferente em outras famílias de fidalgos ou plebeus. Essa prática familiar de associar as crianças às brincadeiras sexuais dos adultos fazia parte do costume da época e não chocava o senso comum (ARIÈS, 1986, p. 128).

No final do século XVI, através da atuação de educadores e dos estudos que estes faziam sobre o comportamento das crianças, temos os primeiros registros sobre uma certa preocupação com as relações entre adultos e crianças, com os modos de ser e com a educação das mesmas. O principal autor a pensar sobre como este tema era tratado no final do século XVI, segundo ainda Ariès, foi Gerson, em 1706, portanto, já no início do século XVIII. A sexualidade, na visão de Gerson, era um perigo para as crianças, e as formas propostas para preservá-las eram

através dos conselhos dos confessores, mas também através da modificação dos hábitos da educação e do estabelecimento de um novo comportamento com relação às crianças. Dever-se-á falar-lhes sobriamente, utilizando apenas palavras castas. Dever-se-á evitar que as crianças se beijem se toquem com as mãos nuas ou se olhem durante as brincadeiras (...). Dever-se-á evitar a promiscuidade entre pequenos e grandes, ao menos na cama (...), não devem dormir com pessoas mais velhas mesmo que sejam do mesmo sexo (ARIÈS, 1986, p. 133).

Podemos observar que Gerson não se preocupou apenas em observar crianças, pois seus textos também tinham o objetivo de instruir, propondo qual seria o comportamento adequado a uma criança. O principal objetivo prático era instruir aqueles que cuidavam das crianças a preservá-las da masturbação infantil, prática comum que começava a ganhar *status* de perigosa, principalmente sob o ponto de vista

religioso. “Gerson, portanto, estudou o comportamento sexual das crianças com o objetivo de ajudar os confessores, para que estes despertassem em seus pequenos penitentes [...] um sentimento de culpa” (ARIÈS, 1986, p. 132).

Ao final do século XVI temos uma outra mudança com relação à infância. É nesse período que surgem os primeiros livros voltados às crianças. A literatura que antes era oferecida a adultos e crianças começa, agora, a ser modificada, evitando que crianças entrem em contato com detalhes das histórias originais que seriam inapropriados à sua idade. “Nasceu então a idéia de se fornecer às crianças edições expurgadas dos clássicos. Essa foi uma etapa muito importante. É dessa época realmente que podemos datar o respeito pela infância”(ARIÈS, 1986, p. 135).

Se no final do século XVI e durante o XVII vemos o início de estudos que têm a criança e suas características como foco, é durante o século XVIII que veremos este processo se intensificar. Segundo Donzelot (1986, p. 15) esta literatura é baseada em reflexões sobre três costumes que eram bastante praticados na época “a prática dos hospícios de menores abandonados, a criação dos filhos por amas-de-leite e a da educação ‘artificial’ das crianças ricas”. Porém, para preservar as crianças, dois mecanismos diferentes são encontrados, a medicina doméstica aplicada em famílias abastadas e nobres, e a economia social aplicada em famílias pobres.

O mais forte aspecto enfocado por esta “empreitada em prol da criança” é o seu convívio com os empregados da casa, que além dos serviços também eram encarregados de cuidar das crianças. Também são combatidos na mesma época a utilização de amas-de-leite e o “hábito” de algumas famílias pobres de entregar seus filhos aos cuidados do estado, enquanto estes eram ainda muito pequenos.

A insistência dos moralistas em separar as crianças deste mundo diverso dos criados, mostra o quanto eles estavam conscientes dos perigos que apresentava essa promiscuidade das crianças com os criados, eles próprios com frequência muito jovens. Os moralistas queriam isolar a criança para preservá-la das brincadeiras e dos gestos que então passaram a ser considerados indecentes (ARIÈS, 1986, p. 145).

O principal agente responsável pelas mudanças introduzidas na vida da criança neste período foi o médico, através do desenvolvimento da medicina. Os tratados sobre a educação das crianças neste período são destinados tanto aos educadores quanto às mães. O médico se insere dentro do contexto familiar, e segundo Donzelot (1986, p. 23-24):

Essa ligação orgânica entre o médico e a família irá repercutir profundamente na vida familiar e induzir sua reorganização em pelo menos três direções: 1. O fechamento da família contra as influências negativas do antigo meio educativo, contra os métodos e preconceitos dos serviçais, contra todos os efeitos das promiscuidades sociais; 2. A constituição de uma aliança privilegiada com a mãe, portadora de uma promoção da mulher por causa deste reconhecimento de sua utilidade educativa; 3. A utilização da família pelo médico contra as antigas estruturas de ensino, a disciplina religiosa, o hábito do internato.

Não se imagina, porém, que os médicos da época adentravam as casas de ricos e pobres com a solução dos problemas com relação à infância e a criação das crianças. Se para as famílias ricas observa-se a presença constante na vida da criança de livros e do próprio médico, nas famílias pobres a medicina intervém sob os comandos do estado, criando o que se chama de economia social.

Aparentemente, trata-se igualmente da preocupação de garantir a conservação das crianças e de estender os mesmos preceitos higiênicos, porém, com a *economia social*, a natureza das operações em jogo é totalmente diferente daquelas conduzidas sob a égide da medicina doméstica (DONZELOT, 1986, p.27).

Devemos enfatizar, entretanto, que foi esta mudança ocorrida na forma de tratamento da criança, dentro da família, que logo vai produzir uma mudança geral no sentimento de infância da sociedade. É da família que partem os cuidados necessários à criança, é ela quem cria, ou que seleciona as melhores práticas para se cuidar de uma criança, pois

a família e a escola, neste sentido, retiraram a criança da sociedade adulta, da indeterminação em que vivia, misturada aos adultos. Notadamente, é do meio familiar que a infância sairá marcada como um modo próprio da criança viver. Modo este que supõe um tempo específico, caracterizado, sobretudo, pelo não trabalho, pelo brinquedo, pela vida em família e pelos cuidados médicos (OSTETTO, 1992, p. 29).

Através de funções de sujeitos e de instituições, como a família, o médico e a medicina, a Igreja, os educadores, percebemos uma peculiaridade em tudo o que foi dito e que ainda se diz hoje nos textos e trabalhos que falam sobre a infância: “enquanto objeto de estudo, a infância é sempre um outro em relação àquele que a nomeia e a estuda” (LAJOLO, c1997, p. 225). Disso resulta uma questão com a qual ainda não aprendemos a pensar, pois se a criança nunca fala por si mesma, sendo os adultos, de dentro de suas instituições, é que falam dela, podemos imaginar que os trabalhos em

torno da criança, as concepções sobre o seu modo de vida, entre outros, derivem de uma sociedade na qual ela está produzida. Logo, devemos concordar com a afirmação de Leite (c.1997, p.19) de que a “a infância não é uma fase biológica da vida, mas uma construção cultural e histórica [...]”.

No próximo tópico, veremos que uma das “verdades culturais” produzidas pela sociedade contemporânea é aquela que cuida para que não se façam referências sexuais nem atos sexuais perto de crianças, e que isso gerou em suas margens a pedofilia, como um modo de transgressão dos cuidados com a infância.

2.2 Pedofilia ou abuso sexual infantil

Citando a Organização Mundial da Saúde, Queiroz descreve o abuso sexual infantil da seguinte maneira:

a exploração sexual de uma criança implica que esta seja vítima de uma pessoa sensivelmente mais idosa que ela com a finalidade de satisfação sexual desta. O crime pode assumir diversas formas: ligações telefônicas ou obscenas, ofensa ao pudor e voyeurismo, imagens pornográficas, relações ou tentativas de relações, incestos e prostituição de menores (2006. p. 2).

Destacamos que para alguns autores existem *dois tipos* de violência sexual contra a criança, denominadas de *abuso sexual* e *exploração sexual*. Vivarta (2003, p. 2) discorre tanto a respeito de um quanto de outro. Para ele, o *abuso sexual* compreende uma

situação em que o adulto submete a criança ou o adolescente, com ou sem seu consentimento, a atos ou jogos sexuais, com a finalidade de estimular-se ou satisfazer-se, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com ofertas de presentes. De acordo com dados contidos em denúncias, ele ocorre na maioria das vezes dentro da própria família. Quando se trata de um caso extra familiar, acontece, em geral, na vizinhança e em instituições de atendimento e prestação de serviços. (...) a *exploração sexual* é o ato ou jogo em que a criança ou o adolescente é utilizado para fins comerciais por meio de relação sexual, indução à participação em shows eróticos, fotografias, filmes pornográficos e prostituição. (Grifo nosso)

Assim como existem dois tipos de violência sexual, existem também dois tipos de sujeitos que praticam estas violências. O sujeito pertencente à prática do *abuso sexual*, para Vivarta (2003, p.27) são ainda subdivididos em dois grupos:

os circunstanciais, que tendem a preferir meninas e mulheres, e os exclusivos (pedófilos que preferem crianças, bebês ou púberes de um dos sexos). Além de cometer o crime, o abusador pode ter um distúrbio psíquico.

A exploração sexual é um ato de um sujeito

que visa lucro financeiro, vendendo o sexo ou a imagem das vítimas. O explorador, além de comerciante ilegal, pode ser também um agressor sexual – circunstancial ou pedófilo – ou mesmo um sociopata. (Ibid.)

Segundo o *site* da Abrapia – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência –, a pedofilia é considerada

uma psicopatologia, uma perversão sexual com caráter compulsivo e obsessivo, na qual, adultos, geralmente do sexo masculino, apresentam uma atração sexual, exclusiva ou não, por crianças e adolescentes impúberes. Alguns consideram a pedofilia uma síndrome (conjunto de sinais e sintomas) que ocorre em diversas psicopatologias.

Este fato nos leva a entender que a pedofilia é um distúrbio que deve ser tratado com muito cuidado pelos meios de comunicação. Vivarta (2003, p. 18) denomina como “palavras perigosas” algumas expressões usadas pela mídia sensacionalista e que podem de alguma forma prejudicar as partes envolvidas perante a sociedade. Algumas destas expressões são “tarado”, “besta” “pastor do diabo”, “maníaco”, “psicopata”, “adulto desequilibrado”. Estas palavras contribuiriam para um preconceito com os acusados, podendo até prejudicar a já difícil reintegração da pessoa na sociedade.

Ainda considerando as definições de pedofilia, o *site* Dossiê Pedofilia apresenta duas definições possíveis para esta doença: uma, do ponto de vista de especialistas, aborda a pedofilia como um distúrbio de conduta sexual, em que o indivíduo sente um desejo intenso por crianças. O outro é o dos próprios pedófilos, e apresenta a seguinte definição:

Pedofilia é uma orientação sexual, como heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, etc. Clinicamente falando, um pedófilo é uma pessoa adulta que deseja sexo com crianças. Dependendo dos gostos e preferências do pedófilo, a criança pode variar em idade. Pedófilos podem ser heterossexuais, homossexuais, e bissexuais – tanto quanto as acima mencionadas orientações. A palavra pedófilo significa "amante de crianças", e isso é exato – já que pedófilos amam as crianças. Como outras orientações, verdadeiros pedófilos não se interessam exclusivamente por crianças para sexo...

eles estão contentes na companhia de crianças, e eles amam e se preocupam emocionalmente com elas além de as desejar para atividade sexual. Um pedófilo pode ser homem ou mulher. Pedófilos não são extremamente comuns, embora eles têm existido durante séculos. É sabido que várias pessoas famosas eram pedófilos. Por exemplo, o filósofo Platão, é pensado que ele tenha sido um. Um pedófilo pode ser literalmente quase qualquer um que você conheça. Por causa do estigma social ligado ao sexo entre adultos e crianças, a maior parte dos pedófilos escondem o que eles são do mundo – e com toda razão, já que eles enfrentam prisão por causa das visões deles/delas (...) (DOSSIÊ PEDOFILIA, 2006).

Podemos observar atualmente um crescimento na dimensão do tratamento dado a esse assunto. Vários autores vêm se reportando a esses casos, porém ainda existem dificuldades para encontrar estudos que abordem a repercussão deste problema nas diversas instituições que compõem a sociedade, tais como: a família, a igreja, a escola. Além disso, os estudos que existem não esclarecem a forma como a sociedade entende e reage a este assunto.

No século XXI, os discursos que tratam da pedofilia ainda são considerados como sendo interditados. A maioria das pesquisas encontradas sobre o tema tem como principal objetivo abordar os problemas que envolvem a personalidade daqueles que sofreram abuso na infância e como isso provocou problemas a eles.

Segundo Queiroz (2006, p.2), por exemplo, a violência sexual é determinada quando o ato da relação sexual tem as seguintes características:

o caso de um indivíduo ser submetido por outro para obter gratificação sexual. Envolve o emprego, uso, persuasão, indução, coerção ou qualquer experiência sexual que interfira na saúde do indivíduo incluindo componentes físicos, verbais e emocionais.

As vítimas de abuso sexual geralmente são as mulheres, adolescentes, crianças – estas tanto do sexo masculino quanto do feminino –, e também crianças portadoras de necessidades especiais.

Os locais onde estes abusos acontecem e as formas como se dão podem ser os mais variados, sendo que eles podem ocorrer na escola ou na família, ambientes em que crianças podem ser aliciadas por professores, irmãos ou outros parentes mais velhos, pais, líderes religiosos ou simplesmente por desconhecidos. Porém, em todos os casos, notam-se padrões que se repetem: o adulto em questão ora exerce um determinado tipo de poder sobre ela, que pode chegar a chantagens e ameaças, ou, quando este é desconhecido, a seduz com promessas de brinquedos, doces e outras gratificações.

É preciso lembrar também que a pedofilia, por ser um ato de violência, traz algumas conseqüências para as crianças que sofreram este tipo de abuso. Sendo assim achamos necessário fazer uma caracterização das vítimas e dos principais problemas encontrados pelas mesmas após o abuso que sofreram.

As conseqüências destes atos podem ser físicos e/ou psicológicos, e dependem de fatores como a idade da criança, a duração do abuso, o grau de violência, a diferença de idade entre o abusador e a criança, a importância da relação entre os dois, o grau de segredo e de ameaças contra a criança, a ausência de figuras parentais protetoras e de apoio social.

O comportamento das crianças que sofreram abuso ou exploração sexual pode ser determinado ou observado como diferente do comportamento de crianças que não passaram por este tipo de situação. Em alguns estudos realizados, grupos de crianças que sofreram abuso sexual foram separados e divididos em três tipos de faixa etária: crianças em idade pré-escolar (0 a 6 anos), idade escolar (7 a 12 anos) e adolescentes (13 a 18 anos).

Os resultados foram:

Para as crianças em idade escolar, os sintomas mais comuns incluem: medo, distúrbios neuróticos, agressão, pesadelos, problemas escolares, hiperatividade e comportamento regressivo. Na adolescência, os sintomas comuns são: depressão, isolamento, comportamento suicida, auto-agressão, queixas somáticas, atos ilegais, fugas, abuso de substâncias e comportamento sexual inadequado. Sintomas comuns às três fases de desenvolvimento são: pesadelos, depressão, retraimento, distúrbios neuróticos, agressão e comportamento regressivo. Isso leva a pensar em efeitos a longo prazo causados pela experiência de abuso sexual na infância (KENDALL-TACKETT; WILLIAMS; FINKELHOR, 1993 apud AMAZARRAY; KOLLER, 1998).

Com o objetivo de divulgar mais informações sobre estes casos e também com a intenção de coibi-los e punir os agressores, existe atualmente, além do Estatuto da Criança e do Adolescente, o *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes* (2000). Estas duas ferramentas jurídicas foram responsáveis por colocar o Brasil como um país de referência mundial no combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Porém, existem muitas dificuldades ainda para coibir e denunciar estes casos, devido ao medo, vergonha, etc., tanto por parte dos abusados, como de pessoas da família. Esses medos estão fundamentados na não-dissolução da família (quando, por exemplo a situação ocorre com membros familiares que têm conhecimento da situação,

mas não tomam nenhuma atitude). E, muitas vezes, as crianças são convencidas de que as culpadas pelo ocorrido são elas mesmas, de que se alguém descobrir... elas irão apanhar... entre outras ameaças parecidas.

No contexto da divulgação destes casos para a sociedade, observam-se atualmente divulgações feitas principalmente por veículos midiáticos. Elas têm como objetivo divulgar ao leitor matérias informativas, porém, na busca por informações detalhadas e por conseguir novos consumidores para sua informação, a mídia recorre a métodos que Vivarta (2003) considera condenáveis. Dentre esses apelos podemos destacar as descrições extremamente detalhadas do ato sexual, que deixam tanto vítima quanto agressor constrangidos perante a sociedade; o apelo a palavras de baixo calão ou que emitem julgamentos sobre o comportamento dos agressores, assim como palavras que julgam a condição da vítima envolvida no crime.

Segundo a mesma autora, é necessário tomar muito cuidado com aquilo que se noticia, sem apelar para o sensacionalismo, pois isso poderia gerar equívoco e, muitas vezes, o fato em si pode estar em desacordo com o conteúdo da matéria.

Diante da compreensão sobre aspectos da história da infância frente ao tema do abuso sexual infantil, e também das teorias de análise da imagem (em movimento e fixa), bem como de alguns princípios sobre a Análise do discurso e da teoria dos micropoderes é que, no próximo tópico, iniciaremos nossas análises.

2.4 Aspectos sobre a análise da imagem fixa

Nos dias atuais estamos cercados por imagens nos mais diferentes materiais. Encontramos imagens artísticas em quadros, trabalhados por um autor com uma finalidade estética; temos também as imagens publicitárias que, juntamente com os produtos, vêm vendendo estilos de vida: temos as ilustrações, que compõem juntamente com os textos o conteúdo informacional de uma revista, livro, folheto, etc. Assim, percebendo que podemos encontrar mensagens nas mais diversas imagens e em diferentes suportes e materiais, percebemos que a imagem fixa também revela linguagens, e como tal, devemos compreender o seu funcionamento e analisá-la.

Toda imagem é composta por aquilo que ela representa (seja uma pessoa ou um objeto, as formas da natureza, etc.). Porém, como já dito antes, no momento da representação o autor faz escolhas, ou seja, ele seleciona como deseja representar o

objeto a ser representado. Estas escolhas se iniciam dos princípios básicos de representação da imagem, e cada artista vai, ao longo de sua vida, determinando se vai filmar, pintar ou fotografar o objeto, dependendo de sua formação. O autor/artista escolhe e aprende e seleciona, nos seus trabalhos, as técnicas que irá utilizar para desenvolver seu trabalho, e geralmente adota um determinado estilo. Depois de feitas estas escolhas (técnica e estilo), o artista parte para aquilo que chamamos de elementos plásticos da imagem (o suporte, o quadro, o enquadramento, a composição, a textura, as formas e as cores/iluminação), descritos por Joly (1996), no livro *Introdução a Análise da Imagem*.

O primeiro destes elementos, segundo Joly (1996) é o *suporte* da imagem. É ele que determina o alcance da obra e o tipo de público que ela irá atingir. O suporte pode ser um jornal, uma revista, um jornal eletrônico, um livro, uma tela, um *outdoor*, um panfleto etc. O segundo elemento plástico que compõe uma imagem e para o qual também deslocaremos nossa atenção é o *quadro*, ou seja, os contornos, os limites físicos que circundam a imagem.

No que diz respeito à imagem propriamente dita, encontramos o *enquadramento* (terceiro elemento) que diz respeito ao tamanho e à perspectiva da imagem que nos é apresentada. Quando, por exemplo, vemos um detalhe de forma bastante próxima (a foto de um olho que ocupe uma página inteira de uma revista), dizemos que a imagem foi representada em *close-up*. Se percebermos que a imagem nos dá vista a muitos elementos (caso das imagens que representam encontros sociais ou da natureza) e que podemos ver com nitidez todos os elementos, dizemos que estamos diante de uma imagem que foi representada em plano geral, feita com a profundidade de campo.

A *composição* ou *diagramação* (quarto elemento) corresponde às escolhas sobre a posição de determinados objetos que irão compor a imagem. No caso particular das imagens publicitárias e de revistas e jornais, a composição da imagem serve a um propósito estético específico: aquele que deve fornecer informações ao leitor. Assim, a disposição dos elementos deve facilitar, do ponto de vista do leitor, a localização das informações-chave.

A *textura* de uma imagem é uma de suas características mais difíceis de definir. Ela é a responsável por agregar valor visual a um recurso tátil, sem que se necessite tocar a imagem. É através da textura que adicionamos valores como a rugosidade ou a aspereza à imagem.

Por fim, os dois últimos elementos presentes na imagem que devem ter a atenção do analista são as *formas* e as *cores/iluminação*. Estes componentes devem ser observados levando-se em consideração as imagens que elas nos evocam, porém sem tomar estas imagens como prioridade. As interpretações, tanto de formas como de cores, têm em seu interior um forte apelo para o resgate da memória, uma vez que são baseadas em significações socioculturais. Ou seja, através de sua experiência com cores e formas e através da memória da leitura de outros textos, o analista deverá ser capaz de perceber se a utilização de semelhantes formas e cores serve para resgatar ou reavivar o mesmo conteúdo.

Embora o suporte, o enquadramento, a composição ou diagramação, a textura, bem como as formas cores e iluminação componham elementos essenciais na análise da imagem fixa, para este trabalho destacamos as cores como um dos elementos centrais na imagem.

2.4.1 O papel das cores na imagem

Como parte que compõe a imagem, temos as cores. Imaginamos (e observamos) que elas tenham não apenas a função de colorir as imagens, mas também a função de comunicar algo a respeito daquela imagem. Como diz Guimarães:

Em síntese é possível notar que uma cor pode nos informar sobre inúmeros fatos. A precisão da informação dependerá pois da história dessa cor, do conhecimento do receptor da informação dessa história e do contexto criado pela apresentação da notícia para “empurrar” a cor para o significado que se espera que ela venha a formar. Será quase sempre um jogo entre uma macro e uma micro-história da cor, um jogo entre significados permanentes e temporários, entre signos fortes e signos fracos (GUIMARÃES, 2003, p. 41).

Segundo Guimarães (2004), a utilização cultural das cores é feita seguindo um ‘esquema’. Toda a utilização é feita de forma binária e uma cor sempre está em oposição à outra. Esta situação binária é construída sobre um sistema polar, sendo que uma das cores do sistema permanecerá no pólo positivo e a outra no pólo negativo. Esta relação – positivo e negativo – será assimétrica, sendo que o valor negativo terá maior destaque que o valor positivo. Todos estes mecanismos são dependentes, dado que quando ocorre uma mudança no sistema binário, os outros dois valores também se modificarão. Nas palavras de Guimarães (2004, p. 94):

Podemos notar que não há uma fidelidade absoluta na oposição cultural das cores. O preto é oposto ao branco (na simbologia de trevas e luz), ao vermelho ou ao branco (na atribuição masculino-

feminino), ao multicolorido (na simbologia da autoridade/regra e ludismo/jogo); o vermelho é oposto ao branco (na revolução e contra-revolução, esquerda e direita) e ao verde (na proibição e permissão), etc.

Logo, um dos pontos de leitura do qual nos utilizaremos para compreender os elementos que compõem a imagem é a leitura a partir dos elementos plásticos. Estes deverão ser capazes de transmitir significados e, mais que isso, através de sua utilização ou das formas de sua utilização, deverá ser possível observar se as imagens vinculam discursos e se os discursos aí vinculados são repetidos em uma série (conceito advindo do método foucaultiano, tratado acima neste trabalho) e se esta repetição constitui uma regularidade discursiva. Será que nos apoiando nos componentes plásticos (analisando estes componentes plásticos) da imagem conseguiremos seguir o rastro do discurso sobre um assunto, no caso, a pedofilia?

2.5 Descrição dos objetos

2.5.1 Caracterização das imagens de publicidade e de propaganda

O corpus selecionado para esta pesquisa é composto por cartazes de divulgação de campanhas e capas de revistas, justamente por esta constituição, compreendemos que seria necessário fazer uma distinção entre aquilo que é propaganda e aquilo que é publicidade.

Dentre as diversas fontes existentes que caracterizam e diferenciam a publicidade da propaganda, recorreremos à obra de J. B. Pinho, *Propaganda Institucional* (1990), uma vez que a maioria das outras obras consultadas remetia-se diretamente a esta no momento de conceituar estas duas vertentes da publicidade.

O autor propõe que existem sete diferentes tipos de anúncios publicitários: de produto, de serviços, de varejo, comparativa, cooperativa, industrial, e de promoção. “A publicidade de produto tem por objetivo divulgar um produto, levando o consumidor ao conhecimento e compra” (Pinho, 1990, p.18)

Segundo este autor, “fazer propaganda é propagar idéias, crenças, princípios e doutrinas” (1990, p. 20) Ainda, o mesmo autor propõe um grupo de classificações para os diversos tipos de propagandas existentes: ideológica, política, eleitoral, governamental, institucional, corporativa, legal, religiosa e social.

Não discorreremos aqui sobre todas elas, mas acreditamos ser produtivo abordar, ainda que brevemente e por meio de uma citação, quais são os tipos de propaganda social:

Agrupam-se com a denominação de propaganda social todas as campanhas voltadas para as causas sociais: desemprego, adoção do menor, desidratação, tóxicos, entre outros. São programas que procuram aumentar a aceitação de uma idéia ou prática social em um grupo alvo. (Pinho, 1990, p. 24)

Será possível perceber, dentro do corpus, a existência de dois materiais, os cartazes contra a pedofilia, que trataremos enquanto propaganda, uma vez que seu maior objetivo é fomentar a formação de opinião pública acerca do tema abordado; e as capas de revista, tratadas enquanto publicidade pois sua função é tornar a revista mais atraente e vendável.

2.5.2 Uma leitura descritiva-discursiva das imagens

Num primeiro momento de descrição dos objetos, ordenaremos as imagens fixas por data de publicação, colocando uma descrição sumária dos elementos plásticos que as compõe. Considerando tratar-se em sua maioria de imagens de propaganda, daremos a autoria à entidade divulgadora e não à agência que desenvolveu a campanha. Conforme proposto no capítulo metodológico, desenvolveremos a leitura deste arquivo procurando identificar quais as cenas do discurso, bem como compreender o Ethos ou os Ethé que o constituem, ainda procuraremos observar como o conjunto de práticas discursivas que inserem os textos deste arquivo em uma semântica global, pois compreendemos que por meio deste caminho conseguiremos delimitar os textos publicitários enquanto produções tópicas.

Capa *Superinteressante* (2002)

A primeira imagem que compõem nosso arquivo, publicada na edição de maio de 2002 da revista *Superinteressante*, trata-se da capa daquela revista, portanto, definiremos o seu *midium* como *capa de revista*.

Abaixo do título da reportagem, qual seja, PEDOFILIA, encontramos as seguintes perguntas: “Como a ciência explica o desejo sexual por crianças?”, “Qual o perfil de quem abusa de menores?”, “Por que o erotismo infantil atrai tanta gente?”.

Percebemos que os autores da reportagem recorreram ao discurso acadêmico, dito “ciência” para legitimar suas enunciações sobre o fenômeno da pedofilia. Dessa forma, o jornalista ao mesmo tempo em que reconhece o lugar de enunciação dos cientistas retira de si, a responsabilidade por responder às perguntas que se apresentam na capa. Entretanto, também devemos observar a parte imagética da capa. A heterogeneidade é trabalhada na forma de um possível diálogo, um diálogo que imaginamos acontecer no corpo do texto, onde o cientista será o responsável pelo conteúdo, cabendo à revista somente levar esse conhecimento ao público.

Ainda, analisando a mesma imagem, percebemos que a boneca que estampa a capa possui na boca um borrão de batom vermelho. Ora, segundo um dos teóricos a que recorreremos para a leitura da imagem,

Em síntese é possível notar que uma cor pode nos informar sobre inúmeros fatos. A precisão da informação dependerá pois da história dessa cor, do conhecimento do receptor da informação dessa história e do contexto criado pela apresentação da notícia para “empurrar” a cor para o significado que se espera que ela venha a formar. Será quase sempre um jogo entre uma macro e uma micro-história da cor, um jogo entre significados permanentes e temporários, entre signos fortes e signos fracos (GUIMARÃES, 2003, p. 41).

Dessa forma, seremos obrigados a buscar compreender o que significa a cor vermelha, a que ela está associada? Indo ainda mais longe: o que significa uma boca borrada de batom vermelho? Segundo Guimarães (2000, p. 118) “o vermelho é mais forte: é a cor da maçã no paraíso (fonte do pecado), do vinho e das vestimentas de Baco, de Dionísio, do amor carnal, da paixão, do coração, dos lábios, do erotismo e da atração”. Logo, quando pensamos na apresentação da boca da boneca, pensamos numa representação erótica da pedofilia, cuja camuflagem está justamente no uso da boneca, uma vez que mostrar uma criança nesta situação faria parte dos discursos proibidos. Imaginamos, com isso, que o este batom vermelho seja uma marca do Discurso Atópico no discurso do jornalista, na reportagem da revista.

Esta interdição de mostrar a criança propriamente dita na imagem estaria então ligada às práticas de disciplina do corpo e da sexualidade infantil, vistas nos tópicos Teoria dos Micropoderes e História da Infância.

A **cena englobante** é do discurso publicitário, uma vez que compreendemos que a capa da revista é o que dá publicidade ao seu conteúdo interior. É a capa a responsável

por produzir no leitor a vontade de ler a revista. Quanto à **cena genérica**, diremos que trata-se de uma publicidade de uma revista de divulgação científica.

A imagem ainda mobiliza duas **cenografias** distintas, uma do discurso científico, por meio de interrogações como “como a ciência explica o desejo sexual por crianças?” e outra, uma cenografia do sexo e da fantasia sexual, trazida ao discurso por meio da presença da boneca com a boca manchada de vermelho, que põem no jogo do discurso o sexo violento com crianças.

Recorrendo à noção de **Ethos** do discurso, somos levados a crer que todo texto se liga a um corpo em movimento no espaço social por meio de sua própria enunciação. Mas a que corpo se liga esta imagem? Façamos algumas suposições: é um corpo erotizado, que sabe o que é o sexo e provavelmente o pratica; é um corpo que talvez esteja preocupado com o sexo sadio, pois se interroga sobre o perfil de quem abusa de menores; é um corpo preocupado com quem é o seu parceiro e as fantasias que ele tem; também pode ser um corpo que pratica o sexo com crianças, familiarizado com uma imagem infantil ligada ao sexo.

Ela é a revista das pessoas que se interessam em descobrir novos assuntos, como em “Supeinteressante: quem lê é”.

Quanto à **prática discursiva** a que está associado o texto, percebemos inicialmente que este tipo de publicidade é voltada a um leitor muito específico: ela fala da sexualidade infantil em relação com a sexualidade do adulto, mas a voz que enuncia não é a voz da criança. Mesmo nos enunciados publicitários, a criança não pode falar por si, ela é sempre falada na voz de um adulto.

Qual o espaço institucional que autoriza a enunciação de uma propaganda como esta? Talvez a cenografia possa nos ajudar a compreender a formação do espaço institucional em que a revista *Supertinteressante* se inscreve. No conjunto das práticas discursivas associadas a esta revista, vemos que a abordagem de assuntos por meio do discurso científico, assim, o espaço institucional no qual a revista busca autorização para sua fala é o espaço acadêmico, sem que, contudo, seu conteúdo seja propriamente científico.

Ainda no conjunto das práticas discursivas, somos levados a ler também os elementos plásticos, da imagem, pois eles também inscrevem este enunciado em uma formação discursiva dada. Assim, não é por mera coincidência, nem por uma escolha aleatória, que numa época dada, a ilustração desta publicidade tenha sido feita de tal forma e não foi utilizada outra forma em seu lugar.

Segundo Maingueneau, no livro *Gênese dos Discursos*, existem práticas intersemióticas que nos levam a integrar, no pertencimento de uma Formação Discursiva, objetos de domínios semióticos diferentes.

Carmita (2002 – 2007)

Trata-se de um cartaz, da uma campanha publicitária intitulada *HELP – Stop Sexual Tourism*, organizado pela *Modena Terzo Mondo Onlus*, uma associação italiana de ajuda humanitária. No momento de coleta do arquivo, não foi possível determinar com precisão sua data de publicação, que situamos entre 2002 e 2007, mas sabemos que sua publicação se deu por dois meios principais: um impresso, como cartaz afixado em paredes e locais com grande circulação de pessoas e outra digital, sendo divulgado no website da campanha em questão. Dessa forma, compreendemos que há a possibilidade de trabalhar o seu *midium*, um cartaz de publicidade, inscrito em dois suportes distintos: um impresso e um audiovisual.

Tendo em vista que consideramos alguns pontos que devíamos interrogar o texto, ou nos interrogar sobre o texto, começaremos por tentar estabelecer alguns parâmetros para que seja possível observar *as cenas em que este texto se enuncia*.

Começaremos pela **cena englobante**, à qual já percebemos que se trata do discurso publicitário. A **cena genérica** é para nós, neste caso, um pouco mais complicada de definir, sua principal função é veicular idéias, por isso definiremos que é uma propaganda. Ela põe em circulação a necessidade de estimular o turismo no Brasil, ela afirma que não é qualquer turismo que deve ser praticado, mas um turismo sadio que não objetive a utilização dos corpos de criança para o prazer.

Quanto a **cenografia** que podemos perceber que é elaborada a partir da idéia do trabalho infantil, da criança que trabalha na rua e é maltratada. Ela divide ainda o espaço de enunciação dessa imagem com uma segunda cenografia, aquela que trata das estatísticas sobre o trabalho infantil e sobre o tipo de trabalho desempenhado pela criança.

Quanto à noção de **Ethos** o texto se estabelece como um enunciador instituição, que vem a ser uma Organização Não-Governamental. O destinatário que ele preconiza nessa situação é o turista que visita o Brasil. É interessante notar que este texto trabalha com um outro discurso, o discurso oficial do governo brasileiro que estimula o turismo no Brasil, para que exista aumento da renda das cidades turísticas.

O enunciador do cartaz em questão põe em circulação então um discurso moderado, cuja finalidade é estimular o turismo ao mesmo tempo em que desestimula o turismo sexual. Dá-se a perceber que existem duas práticas turísticas e que a orientação das campanhas deverá coibir aquelas que tratam do turismo sexual.

Quanto ao domínio das **Práticas Discursivas** presentes no texto, é possível notar que a imagem, assim com todo o conjunto de imagem publicitária, busca, por meio da mobilização de diversas instâncias de discurso, convencer seu destinatário. Dessa forma, não somente o conteúdo verbal do texto remete a um conjunto de saberes derivados da estatística e das políticas de governo, como a própria imagem da criança inscreve este texto em uma prática.

Como notamos no texto anterior, há a utilização da cor vermelha como significante de algo que em um primeiro momento pudemos descrever como uma possível sexualidade envolvendo crianças e adultos. Na imagem que agora analisamos podemos perceber a existência de uma mão, que envolve como uma moldura, um quadro, aquela menina que se põe na campanha. Aqui, não se trata mais de uma possível sexualidade, mas de uma sexualidade violenta.

Mesmo que a boneca e a mão não sejam repetitivos, tal qual a cor é, podemos ver que ambos pertencem à questão do domínio de um corpo sobre o outro. Uma prática sexual entre adultos e criança pressupõe que um tenha domínio sobre o outro, não somente físico, mas também psicológico. Somos tentados então a dizer que talvez no caso destes dois textos existam mais indícios de um domínio físico da criança. No primeiro texto a boneca parece ser uma metáfora: a criança é o brinquedo que dá prazer ao adulto. No segundo, ela é confirmada, pois esse prazer é perseguido pelo adulto ao ponto de se transformar no motivo de uma viagem de férias em outro país.

A parte superior é uma montagem onde vemos como plano de fundo a foto de uma criança. Em seguida foi sobreposta a ela uma cobertura vermelha. Ainda na mesma imagem há o contorno de uma mão, como se essa mão houvesse perfurado a cobertura vermelha, deixando ver a face da criança. A criança foi fotografada em 1º plano e podemos ver que seus cabelos estão soltos e despenteados e que ela usa um vestido ou blusa cor-de-rosa com estampas. No alto desta imagem, em letras brancas, há uma frase: “Iniciativa italiana contra o turismo sexual infantil no Brasil”.

O segundo momento do cartaz, sua parte inferior, é predominantemente composto por enunciados verbais escritos. O primeiro deles é localizado imediatamente abaixo da fotografia da criança, escrito em fonte preta e em caixa alta. “Deixemo-lhe a

liberdade para crescer”. Abaixo, em fonte vermelha, a outra frase “Basta de turismo sexual de crianças e adolescentes no Brasil!”

Ainda, a sequência de enunciados verbais continua com o seguinte texto: *“Carmita tem 9 anos é uma das centenas de milhares de crianças que, no Brasil, constituem a principal atração turística para europeus insuspeitáveis, “pessoas de bem”! Carmita é uma mercadoria, um objeto que não há mais nem dignidade, nem direitos. Façamos com que Camita volte a ser uma criança, libertando-a, juntos.”*

O que podemos ver destes dois textos analisados até agora é que ambos pertencem a um tipo de discurso, qual seja o discurso publicitário, descrito por Maingueneau como um discurso mimotópico, pois ele teria a tendência a se camuflar em outras práticas discursivas para validar seus enunciados. O que percebemos não é exatamente isso. Parece-nos por agora que o Discurso Publicitário possui, em sua prática discursiva, uma forma muito peculiar de enunciar seus textos, mobilizando para isso cenografias distintas, bem como atribuindo a si mesmo e a seus destinatários estatutos diversos. Entretanto, mesmo dotado de tamanha diversidade, ainda podemos ver que alguns de seus elementos se mantêm dentro de um sistema de restrições. *Ou seja, só pode haver de uma campanha contra a pedofilia se essa for baseada na imagem não erotizada da criança, onde ela apareça com expressão de sofrimento, atrelada a um certo domínio do adulto sobre seu corpo e mente e ainda estes enunciados devem recorrer a outros, advindos de domínios da estatística, das políticas de governo, da saúde para validar suas enunciações.* Ou seja, o texto publicitário não é mimotópico no sentido que ele se camufla com outro, ele é tópico, no sentido que é plenamente possível situar seu lugar dentro da sociedade, estando o mesmo amparado em outros discursos (os discursos constituintes) por meio de uma heterogeneidade mostrada.

Carmita (na Itália)

Trata-se ainda de um cartaz (publicidade ou campanha) com as mesmas fontes de autoria do anterior, também é dividido em duas partes: uma imagética e uma verbal.

Começaremos por falar de sua **cena englobante**, atribuída ao discurso publicitário. A **cena genérica** é desta vez, que por muitas vezes é tida como um gênero do discurso é uma propaganda na forma de cartaz, orientada a um público alvo diferente

do anterior: trata-se de sensibilizar os italianos a não praticarem o turismo sexual com crianças brasileiras.

A **cenografia** desta imagem ainda é a do trabalho infantil, mas há outros elementos que inscrevem uma cenografia diferente. A mão vermelha que estampava a imagem não existe mais, e o que vemos agora é a imagem aberta, e a criança presa por duas asas brancas, nos ombros.

O **Ethos** que podemos construir destas duas imagens, dado que elas pertencem a um conjunto de imagens de uma campanha, é o da Organização Social mobilizada para o enfrentamento do turismo sexual no Brasil. Entretanto este **ethos** se posiciona de forma distinta tal qual seja seu destinatário. Numa campanha, ele tem a necessidade de mostrar ao brasileiro (leia-se ao povo brasileiro que viaja e pratica turismo) que ele é contra o tratamento violento dado às crianças. No outro a idéia é inibir o turista italiano à mesma atitude. Em termos plásticos temos duas diferenças significativas: a presença da mão vermelha que cobre o rosto da criança no cartaz veiculado no Brasil (ou direcionado aos brasileiros) coloca em discurso a questão da violência traumática que a criança sofreu ou que ainda venha a sofrer.

Interessante notar que o mesmo não ocorre, com a campanha publicada na Itália. Nesta o **Ethos** dialoga com alguém que abusa das crianças admirando sua inocência (Em busca do sexo dos anjos). Trata-se de colocar em circulação dois dizeres diferentes:

1. O brasileiro explora suas crianças para fins sexuais;
2. O italiano ama as crianças, por isso sente desejo por elas.

Quanto às questões das **práticas discursivas**, podemos notar que o texto publicitário também recorre a dados estatísticos para dar uma voz de verdade ao seu dizer. Estes dados estatísticos são, ainda, que pode ser visto como uma recorrência a uma voz de autoridade, ou seja, uma recorrência a um discurso constituinte.

No alto, escrito em fonte preta com fundo branco está a frase: “Vacanza in Brazile” (Férias no Brasil). Em seguida há a foto de Carmita, dessa vez sem nenhuma cobertura, a menina aparece dentro de algo que parece ser um carro. Ainda tem os cabelos soltos e usa a mesma blusa. Podemos ver de diferente nesta foto de Carmita é sua mão, com um esmalte vermelho ou rosa, descascado. Abaixo da foto, uma frase em fonte branca com fundo preto: “Allá scoperta del sesso degli angeli”(Para descobrir do sexo dos anjos). Há aqui alguma questão de intertextualidade com o fenômeno religioso, algo que parece ainda dialogar com o texto ser divulgado na Itália. A utilização da expressão “sexo dos anjos” pode ser discursivizada de diversas formas, em

uma delas, a Itália seria um país livro dos maus-tratos contra as crianças e adolescentes, e por isso, os italianos que pretendem utilizar os corpos das crianças para obter prazer precisam viajar ao exterior, mais precisamente ao Brasil, onde a sexualidade das crianças é facilmente comercializada. De um outro modo, podemos ainda encontrar uma voz de colonização, a Itália, um país do velho mundo, estaria exportando descobridores para o novo mundo, a saber, o Brasil, onde o grande tesouro a ser descoberto é o sexo das crianças (o sexo dos anjos).

A frase completa que compõem o cartaz é: “*Vacanza in Brasil alla scoperta del sessi degli angeli. Carmita há 9 anni ed é una dei 500.000 che in Brasile sono la principale attrazione turistica per insospettabili europei per bene. Carmita è merce, un oggetto senza più dignità ne diritti. Lasciamola tornare bambina, liberiamola, insieme*” (Férias no Brasil para descobrir o sexo dos anjos. Carmita tem 9 anos e é um dos 500.000 no Brasil são a principal atração para europeus insuspeitos bem. Carmita é uma mercadoria, um objeto sem dignidade ou direitos. Vamos deixar sua criança novamente, libertá-las em conjunto.)

A outra face do turismo

Trata-se de outro cartaz, pertencente à mesma campanha que os anteriores.

Quanto à **cena englobante**, atribuiremos este discurso ainda ao conjunto dos discursos publicitários. Quanto às questões de **cena genérica** ainda se trata de uma propaganda, ou seja, seu principal objetivo é veicular idéias, está veiculação é feita por meio de um cartaz, que pode ser afixado em locais públicos.

Em um texto dedicado ao entendimento do Ethos na análise do discurso, intitulado *Ethos, cenografia e incorporação*, publicado no livro *Imagens de si no discurso*, Maingueneau ressalta, a cerca da cenografia dos textos publicitários, que:

O discurso publicitário ou o discurso político mobilizam cenografias variadas uma vez que, para persuadir seu co-enunciador, devem captar seu imaginário, atribuir-lhe uma identidade invocando uma cena de fala valorizada. (Maingueneau, 2008, p. 76)

Quanto à **cenografia** expressa neste texto, notamos que a construção do cartaz se dá por meio da associação entre palavra e imagem. No alto da página, escrito em fonte preta temos o início da frase: “l'altra faccia del turismo” (do outro lado do turismo).

A parte imagética possui dois planos. No plano de fundo há uma praia com um coqueiro. No primeiro plano, um personagem com corpo de homem, usando camisa estampada, nas mãos, um charuto e uma boneca. Pendurado no pescoço, uma máquina fotográfica. A cabeça do personagem é o que mais chama a atenção: seu rosto é a face de um porco sem olhos e com um charuto na boca (há também um chapéu na cabeça).

Na parte baixa da página pode-se ler o texto: *Fermiamoli. Maschio nel 90-95% dei casi. Tra i 20 ed i 40 anni. Benestante. Bastardo. Questo l'identikit degli insospettabili che sfruttano sessualmente più di 500.000 bambini e bambine in Brasile, rubando loro l'infanzia. Restituiamo loro la vita. Fermiamo il turismo sessuale.* (Devemos detê-los. Masculino em 90-95% dos casos. Entre 20 e 40 anos. Ricos. Sacana. Este é o semblante dos insuspeitos que exploram sexualmente mais de 500.000 meninos e meninas no Brasil, roubando sua infância. Somos restaurá-los para a vida. Pare o turismo sexual infantil).

Mas, qual a cena específica que este texto constrói, e que o difere dos outros dois textos da mesma campanha? Muitos elementos do texto colaboram para que seja constituída uma cena específica: a mudança de personagem (menina e criatura antropomórfica), o cenário (uma praia deserta), a mudança nas cores que compõem o cartaz (amarelo), a fotografia em plano americano.

É interessante notar que este texto também circula na Itália, assim como o anterior, são espaços geográficos distintos, e que também modificam os modos de enunciação dos textos publicitários.

O ser apresentado na imagem claramente não é o mesmo que aparece na descrição do texto. Na imagem, o turista tem a cabeça de um porco, sem olhos, e nas palavras, aparece a descrição de um homem cujo semblante é insuspeito, uma pessoa de bem. A cabeça de porco sem olhos seria uma forma de dizer que estas pessoas não possuem alma? Não possuem uma condição de dignidade humana. Por que, nos outros dois cartazes, o rosto da menina é claramente mostrado, mas o do turista europeu não? Parece que há um efeito de censura nesta imagem, uma censura que condena o ato praticado pelo homem italiano que viaja ao Brasil em busca de sexo com crianças, mas uma censura proterora, que esconde os rostos destes. Enquanto nos outros dois cartazes, o rosto da criança, chamada de Carmita, é claramente explorado. Ora, não seria o caso de proteger o rosto da criança, para que a mesma não seja reconhecida e se torne alvo de estigmas sociais, e mostrar o rosto daquele que pratica um determinado crime para que a sociedade possa conhecê-lo.

O rosto de porco também pode ser entendido como um estado de espírito daqueles que violentam as crianças, pois a violência sexual contra as crianças seria então da ordem da bestialidade, assim a figura antropomórfica distanciaria aquele que pratica a pedofilia daquilo que é chamado “pessoas de bem”. Outro ponto a ser notado na figura é a ausência de olhos, pois se os olhos são considerados, no saber popular, como a janela da alma, uma face sem olhos seria um corpo sem alma, sem a condição de dignidade humana.

Assim, encontramos pela primeira vez, um claro ponto de entendimento entre e a noção de **ethos** e a noção de cenas da enunciação. Segundo Maingueneau, no capítulo Problemas de Ethos, presente do livro Cenas da Enunciação (2008),

O discurso publicitário contemporâneo mantém, por natureza, um laço privilegiado com o *ethos*; de fato, ele procura persuadir associando os produtos que promove um corpo em movimento, a uma maneira de habitar o mundo; como o discurso religioso, em particular, é por meio de sua própria enunciação que uma propaganda, apoiando-se em estereótipos avaliados, deve encarnar o que ela prescreve.

Como anteriormente fizemos uma distinção entre publicidade e propaganda, e uma vez que aqui trata-se claramente de uma propaganda, nos indagamos o seguinte: como este cartaz associa a idéia que promove a um corpo em movimento?

Este ponto deve ser tratado com cuidado, pois, o efeito de sentido que parece que se quer levantar é o da rejeição. *Não se trata mais de vender um produto de uma forma que valoriza aquele que o possui. Mas de desvalorizar um comportamento e desencorajar sua prática.*

Analisando as imagens em conjunto podemos perceber que o enunciador delas é um só, é um enunciador que vê a vulnerabilidade das crianças no Brasil, e que percebe o risco do turismo sexual para elas. Podemos então ver que se trata de um grupo de pessoas que tem por missão vigiar para que não seja roubada a infância das crianças.

O apelo feito nos cartazes, escritos em línguas diferentes, é para que se deixem as crianças em paz, para que elas sejam libertadas da comercialização sexual. **Entretanto os mesmos cartazes, ao denunciar os agressores destas crianças uma linguagem antropomórfica, e não mostra o rosto de um possível agressor.**

Quanto à questão da **prática discursiva**, podemos notar o uso de um material que insere esta campanha no conjunto das práticas intersemióticas uma vez que elas são responsáveis pela regulação dos diversos discursos em seus mais variados campos de difusão.

Assim, como propusemos inicialmente uma distinção entre a publicidade e propaganda, dentro do discurso publicitário, é que agora vamos inicialmente ver como estas distinções se aplicam ao corpus. O fato de que a primeira imagem analisada até agora (capa da revista superinteressante) ser uma publicidade, o conjunto de cartazes analisados na seqüência ser uma propaganda não os afasta de um mesmo funcionamento discursivo, pelo contrario, o conjunto de elementos que foi possível notar até agora, inserem estes diferentes textos num mesmo conjunto, qual seja, o discurso contra o abuso sexual infantil.

Campanha OAB-SP (2005)

Este cartaz, veiculado pela OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo) em 2005, mostra uma relação diferente entre palavra e imagem. A palavra sobrepõe a imagem.

Quanto à sua **cena englobante**, novamente recairemos sobre o discurso publicitário e quanto à sua **cena genérica**, diremos que se trata de uma propaganda, pois como veremos em mais detalhes, trata-se de vender uma idéia, e não um produto.

Quanto à **cenografia**, Fossey relembra que “diz respeito aos elementos do texto que permitem construir uma cena específica e legitimadora” (2008, p. 202). Diremos então que esta enunciação é constituída de imagens e palavras. O fundo, ou seja, a imagem principal é de uma criança fotografada em primeiríssimo plano, com a boca coberta pela mão de um adulto. A criança olha em direção ao seu agressor.

No alto do cartaz, em branco, a seguinte frase: “Mamãe foi para a roça, mas papai não foi trabalhar”. No rodapé “Pedofilia é crime. Em casa, é um horror. Cerca de 80% dos casos de pedofilia acontecem nas casas das vítimas. Pais, padrastos e tios são os principais agressores. 18 de maio. Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Disque-denúncia: 181”. No canto inferior direito, a assinatura do enunciador: “Uma campanha da OABSP”.

Ora, é notável que o elemento “título” é sozinho responsável por construir uma cena de enunciação que, associada à imagem, leva à compreensão de que alguns pais são responsáveis pelo abuso sexual de seus filhos. A utilização, neste cartaz, de um excerto de uma cantiga popular infantil, qual seja, Nana Neném, também coloca em questão a idéia de que em casa a criança não está protegida da violência e das agressões.

Nana neném
 que a cuca vem pegar
 mamãe foi pra roça
 papai foi trabalhar
 Desce gatinho
 De cima do telhado
 Pra ver se a criança
 Dorme um sono sossegado

Do ponto de vista dos personagens, vemos a mão de um pai, ou de um parente próximo, que sufoca e amordaça a criança. Por meio disto, observamos também um deslocamento provocado em relação aos textos da campanha anterior, enquanto lá o agressor é um homem estrangeiro, desconhecido, que viaja ao Brasil em busca de sexo com crianças, neste texto, o agressor é caracterizado como um homem, ainda, um homem que possui relações de parentesco com a criança.

Nesta campanha também, vemos que o lugar de segurança em que a criança poderia estar, ou seja, sua casa, já não é mais tão seguro, pois o agressor pode ser encontrado lá mesmo.

Quanto à questão do **Ethos**, estabelecemos no texto alguns elementos que auxiliam na construção do mesmo. O primeiro e mais evidente deles é a assinatura do cartaz, ou seja, aquele que é responsável pela idéia principal veiculada por esta propaganda, a instituição “Ordem dos Advogados do Brasil”, que carrega junto de seu nome características como a seriedade com a qual são abordados os temas controversos. Ainda, podemos associar a esta instituição o ideal das pessoas esclarecidas, estudadas, pois é uma instituição que evoca o caráter da seriedade e da correção.

Outro elemento que ajuda na construção do Ethos é o sujeito que é apontado como agressor da criança: o homem comum que trabalha. Quando o enunciador propõe que “Mamãe foi pra roça”, ele abre uma leitura discursiva para a compreensão de que se trata de uma família de origem humilde considerando que a mãe trabalha na roça (mesmo que este trabalho não se caracterize como uma atividade remunerada, a mãe pode ter ido em busca de alimentos cultivados pela própria família). Ainda, o cartaz põe a situação socioeconômica da família em discussão, pois as crianças ficariam sozinhas em casa quando papai fosse trabalhar, enquanto, deveriam ficar numa creche ou na escola.

Por meio destes elementos o enunciador constrói para o homem agressor um caráter de homem comum, pobre, sem escolaridade, também define quem são as

crianças abusadas enquanto crianças pobres e ao mesmo tempo, mobiliza em seu leitor uma idéia de que ele, enunciador, é um homem culto, esclarecido, ciente das leis que protegem os direitos das crianças e dos adolescentes e que por este motivo é seu dever alertar sobre os perigos que as crianças correm em casa.

Quanto aos elementos que compõe a **prática discursiva**, destacaremos a idéia de Maingueneau, no capítulo 5 do livro *Gêneses do Discurso*, intitulado *Do discurso à prática discursiva*. Nele, Maingueneau propõe a idéia de que “*a passagem de um discurso a outro é acompanhada de uma mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que gerem estes discursos*”. (2008, p. 119)

Desse modo percebemos que as grandes mudanças provocadas nestes textos de propaganda (cujo principal objetivo é a divulgação de uma idéia), são inseparáveis das mudanças na questão da autoria, não é o caso em que existam alterações entre o funcionamento de uma mesma instituição, mas vemos que, apesar de as praticas serem similares, as diferenças que existem podem ser facilmente pontuadas quando analisamos, por exemplo, o Ethos do enunciador.

Ainda dentro desta questão, podemos, por exemplo, discutir a forma como é fotografada a criança nos textos 2 e 3 e neste texto. Nos dois primeiros, a criança é fotografada de perto, mas como o rosto inteiro aparente. Não se toma nenhum cuidado de proteger a identidade desta criança, a construção do cartaz explora até seu nome, Carmita.

No segundo, a idéia de preservação da identidade da criança está clara, seu rosto é fotografado num plano ainda mais próximo que os rostos nos primeiros, entretanto há uma mão que protege este rosto (ao mesmo tempo em que o machuca...), ou seja, não há uma exposição visual da criança, não sabemos sua identidade e certamente, devida à cobertura que esta em seu rosto, não seremos capazes de reconhecê-la em outros contextos.

Menina Má.com (2005)

Quanto à **cena englobante** deste texto, considerando a natureza do corpus separado para análise, novamente estamos no domínio dos textos publicitários, porém, neste texto, também publicado em 2005, em ocasião do lançamento do filme *Menina Má.com* (HardCandy) a **cena genérica** é a da publicidade, ou seja, saímos dos textos

cujo objetivo era vender uma idéia e vamos agora analisar um texto que tem por finalidade vender um objeto, ou seja, aumentar o número de espectadores do filme.

A **cenografia** deste texto, devido à sua natureza mais comercial, é bem diferente dos textos anteriores. Sua construção gira em torno de uma elaboração visual que chame a atenção do telespectador para o conteúdo do filme. Para isso, o texto abusa de elementos gráficos que não foram vistos nos textos mais propagandísticos, mas que estavam sim presentes no primeiro texto analisado, ou seja, a capa da revista superinteressante.

O fundo da imagem é cinza, sem margens delimitando o conteúdo. No alto, centralizado e escrito em vermelho, encontramos o subtítulo do filme: “Quer teclar comigo?”. A utilização desta interrogação no cartaz mostra mais uma vez o caráter persuasivo do cartaz. Ela faz com que o leitor do cartaz fique curioso sobre esta proposta. É como se a personagem que está sobre a armadilha chamasse o leitor para um encontro em particular.

Abaixo, no centro do cartaz, vemos, em primeiro plano, a foto de uma menina de costas, vestindo jaqueta vermelha com capuz, que cobre seu rosto, saia listrada, calça vermelha, chinelos pretos e bolsa completam a visual da garota.

Ela se encontra parada sobre uma armadilha, redonda, de ferro ou outro metal resistente, com as bordas dentadas, (para que a presa não consiga escapar). A imagem da armadilha extrapola os limites do quadro, sendo que não é possível ver toda a armadilha. Quanto à parte que podemos ver, notamos que armadilha é muito maior que a menina e entendemos que a menina não é a presa, mas sim a isca.

Percebemos então a construção de um cenário que aborda o caráter sedutor das relações com crianças, principalmente por meio da internet, onde haveria *certa impunidade*, uma proteção para aqueles que se envolvem nestas relações. Conforme esta mesma relação passa para o plano real, ela ficaria mais perigosa, justificando assim o uso da armadilha como uma imagem associada a esse comportamento. Assim, a imagem associada à frase estabelece o caráter sedutor e provocante desta propaganda.

Pensar no **Ethos** em um texto dessa natureza deixa nossa análise relevantemente mais complexa: como compreender que há uma corporalidade de um autor no cartaz, quando na verdade, há vários autores, enunciadores dentro deste mesmo texto. Tratando-se de um cartaz de um filme, sabemos que ele tem diretor, produtor, roteirista, autores, empresas produtoras (financiadoras), atores, autores de trilha sonora, fotografia, figurino, entre outros.

Enfim, trata-se claramente de um trabalho coletivo. É então evidente para nós que a questão do **ethos** pode se apresentar por duas vias, e o que cabe a nós é tentar compreender por que meio de análise este conceito melhor se aplica a este texto.

Primeiramente, poderíamos pensar que este **ethos** está ligado ao corpo de um enunciador inexistente, ou ao corpo de um enunciador personagem, neste caso o personagem pedófilo e ao ler o texto, somos obrigados a imaginar que estaria olhando aquela criança em cima da armadilha. deve então ser entendida como ...

De um outro lado, tentaríamos compreender um **ethos** coletivo, como se cada um daqueles que enuncia no cartaz investisse um pouco de sua **corporalidade ali**.

Retomaremos ainda, uma passagem de Maingueneau (no capítulo Problemas de Ethos, presente do livro *Cenas da Enunciação*, de 2008) já citada neste texto, onde o autor explicita que, em publicidade, há uma busca por associar aquilo que se vende a um corpo em movimento

O discurso publicitário contemporâneo mantém, por natureza, um laço privilegiado com o *ethos*; de fato, ele procura persuadir associando os produtos que promove um corpo em movimento, a uma maneira de habitar o mundo; como o discurso religioso, em particular, é por meio de sua própria enunciação que uma propaganda, apoiando-se em estereótipos avaliados, deve encarnar o que ela prescreve.

Trata-se então de tentarmos compreender de que forma se dá esta associação, como é corpo em movimento promovido por esta propaganda. Quando falamos do **ethos** que liga produtos a corpos, e pensamos nisto refletindo sobre este cartaz em questão, percebemos que o corpo em movimento descrito pelo autor na verdade é um corpo em movimento que está escondido.

Quando tratamos, na metodologia, dos discursos atópicos, vimos que eles estavam sempre à margem da sociedade, é aqui que encontramos um **ethos** que se permite compreender desta maneira. Há um leitor que se identificará com o personagem que está na posição de observador da criança, mas este será sempre um sujeito outro, afinal, para as práticas condenáveis, os sujeitos praticantes são sempre os outros.

Quanto à **prática discursiva**, percebemos que estamos num ponto de cruzamento entre duas “formações discursivas”. Diferentemente dos textos de propaganda, onde o objetivo era apenas veicular uma idéia, agora a idéia está atrelada a um produto que se deseja vender. O filme não foge objetivamente dos pressupostos que estão envolvidos com a divulgação das campanhas contra a pedofilia, mas ele coloca os seus elementos organizados de uma forma diferente de seus antecessores.

Percebemos que, dentre os elementos plásticos que compõe a imagem, alguns são encontrados em outros textos, enquanto outros não. É o caso por exemplo da cor vermelha, que se perpetua desde a imagem da revista *superinteressante*, passando pelas campanhas italianas (duas delas) e chega a este texto.

Essa cor parece ser um elemento indicativo de que todos estes textos parecem pertencer a um mesmo esquema discursivo, entretanto, deveremos avaliar o que há nos textos em que esta cor não aparece e qual seria o discurso destes outros textos?

A forma como são retratados os personagens também é um importante elemento de alteração nos discursos. Enquanto em todos os outros textos vistos até agora as personagens são retratadas de frente, neste texto pela primeira vez há alguma preocupação em ocultar a identidade desta criança. Esta ocultação pode ser lida no discurso de duas formas: na primeira, ela está ligada ao clima de mistério criado pela publicidade na tentativa de tornar o filme mais assistido. Na segunda, ela é encarada como um dos elementos que cuida de preservar a identidade da criança, evitando expor a mesma, quando ela é vítima de maus tratos.

Caberá agora dar prosseguimento às leituras de outros textos, para que possamos compreender quais os elementos que são recorrentes, e que discursos estes textos disseminam, modificam ou perpetuam.

Caperucita Roja (2007)

Voltamos agora ao terreno das propagandas, analisando uma das imagens que faz parte da campanha *Con que cuentos estan creciendo nuestros niños?*. Trata-se de *Caperucita Roja (2007)*, cujo objetivo era alertar à população colombiana quanto ao tratamento dispensado a algumas de suas crianças. Trabalharemos novamente no terreno do discurso publicitário enquanto **cena englobante** e com uma propaganda enquanto **cena genérica**.

No que tange à **cenografia**, que é específica para cada enunciado novamente constaremos que, para os textos onde imagens são predominantes, a cenografia se dá por meio dos elementos mesmos que constituem a imagem. Dessa forma, cremos que é necessário começar o trabalho por uma descrição dos elementos que constituem a imagem.

A construção desta imagem, enquanto cenário, passa por dois estágios. O primeiro deles é composto por camadas (de tecido?), que formam um quadro. O fundo é

vermelho, assim como a renda que foi colocada nas margens. No alto, centralizado, há um quadro, fazendo às vezes de letreiro, que apresenta qual é aquele conto. Abaixo deste quadro, há um quadro menor, preso no primeiro por um bordado de paetês roxos.

O segundo estágio, o fundo da segunda imagem é formado por cartazes onde se vê o rosto de uma menina triste. No alto e à esquerda, um letreiro em azul e amarelo indica qual lugar é aquele: um motel. É possível ver também que há um hidrante vermelho, e pequenos tijolos, sugerindo que a personagem está em uma calçada.

É também no segundo estágio que encontramos Chapeuzinho, a personagem, que aparece na figura de uma menina de cabelo pretos, presos por presilhas vermelhas, usando blusa curta e saia curta vermelhos. Além de meia 7/8 e botas (também vermelhas). É retratada de frente, escorada em uma parede, com uma perna no muro e um braço atrás do corpo. No rosto, é possível ver dois olhos grandes, que olham para algo que está fora do quadro. Há uma lágrima escorrendo de um de seus olhos.

Relativo ao **Ethos** desta imagem, indagamo-nos sobre a corporalidade da qual está investido o enunciador do texto. Percebemos pela dualidade na construção do cenário que o enunciador compreende o caráter de sedução que se aplica àquela criança que é submetida à exploração sexual infantil.

Ainda, analisando o fato de que a personagem é retratada com uma expressão triste e chorando, podemos entender, ou esboçar um entendimento que o enunciador compreende o sofrimento da criança, assim sendo, fazemos uma leitura em que o autor do texto parece dizer: “Parem com os mal-tratos, não vêem que as crianças têm sofrido com isso?”

Um outro ponto a ser abordado na leitura do **ethos** deste enunciado, é que quando o produtor enuncia o texto, ele parecer saber produzir esta enunciação de um modo que ela seja reconhecida pelo seu destinatário. O fato de o cartaz em questão possuir uma moldura vermelha não parece, desse modo, ser aleatório. Ao contrário, parece que o enunciador sabe como pensa seu destinatário, que é aquele que pratica o abuso de crianças, ou são aqueles que têm conhecimento dos casos mas, por algum motivo, não os denunciam.

A título de comparação, trata-se de um tipo de convivência diferente daquela envolvida no cartaz divulgado pela OAB, por exemplo. Naquele, o crime ficava restrito ao ambiente familiar, e provavelmente, um dos responsáveis pela criança não sabia dos casos. Neste, o ambiente é outro, vemos a criança na rua, e logo percebemos que ela é

alvo ao mesmo tempo de um abuso quanto aos direitos de sua infância, quanto de uma exploração que tem por objetivo o lucro sobre o sexo praticado com esta criança.

Quanto à **Prática Discursiva**, entendemos que é próprio das propagandas colocar a personagem numa posição de sofrimento, que demonstre maus tratos. Percebemos este fato principalmente quando observamos o conjunto de propagandas que compõem este arquivo.

Ocorre entretanto um fato curioso: não são sempre os mesmos códigos visuais que são mostrados quando vemos as crianças nestas cenas. Em algumas imagens elas aparecem em plano médio, outras em close, e agora vemos uma criança retratada de corpo inteiro.

É interessante também notar, nesta linguagem, os modos de retratar a criança: enquanto foto e enquanto desenho. Nas duas imagens de conteúdo mais chocante, a criança é um desenho, ou um brinquedo. Naquelas em que é um ser humano de carne e osso, a criança ou é escondida pelo plano fotográfico ou suas condições humanas estão menos sujeitas a serem depreciadas.

Sem título 1 (2007)

Ainda nas esfera do discurso publicitário, trata-se agora de um cartaz de propaganda publicado em parceria entre a USAID e a Partiners of Americans., que circulou intensamente em 2007. Sua **cenografia** é principalmente composta por duas materialidades: imagética e escrita.

A parte superior possui a foto de uma embalagem de isopor quadrada, semelhante a estas que encontramos em supermercados, com a cobertura de um filme plástico. O produto embalado é uma garota de short e camiseta rosa, cabelos pretos, deitada em posição fetal. A menina está de olhos fechados e parece dormindo. O fundo da imagem é cinza.

Abaixo da imagem, há a seguinte frase, em branco: “Exploração sexual de crianças e adolescentes. Não é esse produto que o Brasil quer exportar para o mundo. 18 de maio. Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”.

Quanto ao **ethos** desta imagem, lembramos do consumidor, e após a leitura da legenda da imagem, ainda podemos compreender o enunciador como um enunciador ligado às atividades comerciais que são foco das relações entre Brasil e Estados Unidos (não é a toa, portanto, que a campanha elaborada por duas instituições americanas seja

publicada no Brasil). O **ethos** põe ao leitor a questão do comércio assim como o fez a campanha italiana, mas as relações de comércio. Enquanto os italianos vêm ao Brasil em busca de sexo, os brasileiros mandariam suas crianças para o mundo para que ganhem dinheiro sendo exploradas. Percebemos que esta questão ainda resvala na ideia do tráfico de seres humanos.

Anteriormente já havíamos determinado que, quando um conjunto de textos possuísse caracteres que fossem capazes de ligá-los a outros textos, inserido-o numa rede de discursos, **diríamos que a forma mesma desta ligação uma forma de prática discursiva.**

Pois bem, observa-se agora uma mudança na abordagem da prática discursiva. Percebemos no conjunto de textos do arquivo que, a partir deste texto, há uma mudança significativa na usabilidade das cores que compõe o cartaz, bem como na forma como são retratadas as crianças, ainda que as cores de fundo das imagens permaneçam se alternando entre cores claras e cores escuras.

Observamos até agora três conjuntos (se é que devemos tratar assim) de **formas de se mostrar a criança**: Em um deles, a criança é mostrada por meio de um objeto que lembra o universo infantil (a boneca), no outro conjunto vemos crianças fotografadas, e no terceiro conjunto vemos a criança em desenho. O que esta imagem tem de diferente não é uma nova forma de se retratar a criança, visto que ela é abordada por meio de uma fotografia, mas sim a forma que esta fotografia adquire dentro da prática discursiva.

No conjunto de fotos que analisamos até agora, aqueles em que a personagem Carmita aparece mostram uma criança suja, maltratada, com os cabelos sujos e despenteados, retratada apenas de rosto. Na campanha da OAB, a criança é mostrada de uma forma que esconde sua identidade, o plano de fotografia escolhido e a mão do agressor cobrindo a boca da personagem colocam esta fotografia num jogo de esconde e mostra, sabemos que é uma criança, mas não sabemos quem é a criança.

A campanha que analisamos agora mostra uma criança diversa daquela que é mostrada nos outros dois textos: a menina mostrada aqui não está suja, ao contrário, percebemos que é uma criança limpa, bem vestida, tem indícios de boa saúde, seus cabelos estão limpos. O plano em que a criança é fotografada também é importante para ser observado: Carmita foi fotografada apenas do busto para cima, esta outra menina (de quem não temos indícios de nome), é fotografada de corpo inteiro. Ainda, vestido um shorts curto e estando com as pernas dobradas para “caber” na embalagem de isopor, seu corpo se torna mais exposto. Além exposição do corpo provocada pela roupa,

haveremos de notar outra, a embalagem de isopor é coberta por um filme plástico transparente, que funciona como uma vitrine, onde o comprador pode analisar melhor o produto que deseja levar para a casa.

Percebemos que a forma de falar a criança nas fotos destas campanhas são diferentes, mesmo que nos três casos se trate de propagandas, onde não cansaremos de repetir: não é um produto que está sendo vendido, mas sim uma idéia. Podemos então tentar associar esta divergência na **prática discursiva** com uma divergência no **ethos** que enuncia estas propagandas: a forma de retratar a criança será diferente não apenas quanto à finalidade do cartaz, mas também quanto à origem (geográfica) do enunciador.

Revista Cristã (2008)

Entramos aqui num terreno complicado para saber se estamos lidando, dentro do **discurso publicitário**, com uma publicidade ou uma propaganda. O texto em questão é a capa da Revista Cristã, publicada em novembro de 2008. Enquanto capa de revista, poderíamos dizer que ela é um objeto de publicidade, onde a capa é responsável por vender o conteúdo de uma revista (caso análogo ao da revista superinteressante). Ao mesmo tempo, percebemos que esta revista vem de um quadro institucional *religioso*, e dessa forma, a capa da revista desempenharia um papel de propaganda, neste caso a capa não venderia a revista, ou seu conteúdo, mas sim uma forma de pensar, fazer uma propaganda do que a Igreja tem a dizer sobre a pedofilia.

Mas deixando a composição da **cena genérica** um pouco de lado, tentaremos agora perceber qual é a **cenografia** que compõe este texto. É composta pelo título da revista, sendo que a palavra “cristã” recebe destaque, escrita em vermelho e com a fonte maior que a do restante. A palavra revista e o subtítulo “a revista da família brasileira”, aparecem escritas em branco. A matéria de capa, também tem seu título apresentado em letras brancas: *PEDOFILIA: abusando da inocência*.

Quanto à fotografia que compõe a imagem, mostra uma menina fotografada em primeiro plano, ela usa um vestido listrado de rosa-claro e rosa-escuro e está de cabeça baixa, com as mãos na frente do corpo. Seu cabelo é loiro e está dividido ao meio, preso em duas tranças que caem na frente de seus ombros. Os olhos são cobertos por uma tarja preta.

No plano de fundo, percebemos a presença de uma pequena cabana, que identificamos como uma moradia, a porta da cabana está aberta e percebemos que há

uma luz acesa no interior da mesma. Há ainda um homem de barba branca na porta, vestindo casaco verde de manga comprida, camisa branca e calça escura.

Percebemos ainda que o céu é escuro, mas não é possível identificar se está anoitecendo ou se são nuvens de chuva. O espaço que separa a menina da cabana é um gramado.

Passando à questão do **ethos** do discurso, tentaremos identificar o enunciador por meio dos elementos que ele deixa transparecer na imagem. Seria ingenuidade achar possível separar a capa da revista do lugar institucional de onde ela é enunciada: a Igreja, ou o discurso religioso.

Desta forma, o que encontramos de **ethos** discursivo, de corporalidade é um enunciador muitas vezes acusado de ser o agressor das crianças, ansioso por reaver a confiança de seus seguidores. Não se deve esquecer, nesta leitura, das muitas vezes em que os padres da igreja católica foram acusados de molestar crianças. Entretanto, nesta imagem percebemos que a responsabilidade por abusar da criança é empurrada de um grupo social a outro, ou seja, da Igreja para a Família. O quadro enunciado da família pela Igreja é de lugar caótico, perdido, sem salvação. Há uma idéia latente: a família, sem a Igreja como guia, estaria fadada a se perder, a se desunir, a se machucar e corromper.

Passando à questão da **prática discursiva**, vemos novamente uma mudança na forma como a criança é retratada. Ainda de corpo inteiro, seus olhos são cobertos por uma tarja preta, na intenção de preservar sua identidade. Um outro elemento que chama a atenção é que a cor da roupa da criança, ou melhor, a cor associada à criança mudou. Na imagem que analisamos anteriormente, na verdade, essa cor já havia mudado. Ela passou de vermelho para rosa.

Compreendendo que a cor significa, e que os elementos plásticos que compõe a imagem são responsáveis pelo pertencimento do mesmo a um determinado discurso, podemos dizer que a cor, nestes casos, é um dos indícios que os discursos sobre a violência sexual infantil está mudando. Resta-nos agora tentar entender que mudança é essa que ocorre quando vemos que a cor mudou, e a forma de exposição da criança entre os que usam a mesma cor também mudou.

Começando pela natureza dos dois textos que usam a cor rosa para marcar o universo da criança violentada, vemos que seus enunciadores são diferentes (em um deles temos uma organização norte-americana de combate à pedofilia, no outro temos a Igreja). Percebemos também que a forma como a criança é retratada mudou: no

anuncio em que a criança é tratada como um produto, vemos que o que marca como interdiscurso no texto são as notícias sobre o crescimento das exportações brasileiras, enquanto no texto que trata da família que abusa da criança, vemos como um interdiscurso a acusação das famílias de que os padres abusam das crianças.

É interessante notar também que a cor rosa tem um tom historicamente ligado ao universo feminino, e nestes textos, elas são usadas em roupas de meninas. Diferentemente da cor vermelha, que em geral, é associada a comportamentos como paixão, ódio, crime, violência.

Outro fato que ainda não pontuamos nesta análise é que em todos os textos abordados até aqui, as personagens vítimas de abuso são do sexo feminino. Fato intrigante pois, para o caso mesmo em que existem denúncias contra a Igreja Católica, os abusos cometidos são contra meninos. Apenas o cartaz da OAB traz alguma margem de dúvida sobre o sexo da criança ali exposta, embora por parte do analista que aqui escreve, é mais provável que seja uma menina do que um menino. Parece-nos que essa inexistência observada é da ordem do discurso interdito, pois, para falar esbarra-se neste caso em dois tabus.

Ao colocar um menino nestas imagens, onde também temos alguma associação do agressor, a publicidade estaria colocando um perfil de agressor diferente. Se o agressor fosse um homem, além da questão da pedofilia e do abuso sexual infantil, veríamos também na leitura do texto a questão da homossexualidade. Se fosse um menino o ser agredido, e o agressor fosse uma mulher, os papéis ocupados pelas mulheres, enquanto mães, professoras e etc. é que estariam colocados em risco. Ora, é notável que, no Brasil, o cuidado das crianças é quase sempre prioridade das mulheres, uma forma de observar isso é nas escolas, onde os professores das classes iniciais são, em sua absoluta maioria, mulheres.

Assim, percebemos que, no conjunto, os textos denotam a um tipo bem específico de pedofilia: a de um homem adulto que deseja uma menina ou uma pré-adolescente.

Polícia em foco (2008)

Este é outro caso em que, no **discurso publicitário**, vemos a presença de um texto enunciado de uma instituição que tem um discurso próprio pré-determinado. Trata-se, novamente como no texto anterior *de uma capa de revista*, onde não é possível determinar, se ela é uma publicidade (para chamar a atenção para o interior da revista),

ou se ela é uma propaganda (uma forma de difundir o que aquela instituição pensa, ou discursa sobre determinado assunto).

A revista é a *Polícia em Foco*, e seu escopo é informar sobre as atividades da polícia. A capa composta por duas materialidades: imagética e verbal. No título, a palavra Polícia aparece escrita em vermelho com bordas brancas, enquanto o em foco aparece menor, no canto direito, escrito em branco.

Um pouco abaixo vemos a presença de outro enunciado verbal, a chamada para a reportagem de capa: “Pedofilia: violência que deixa marcas no corpo e na alma”. Toda a frase é escrita em branco e só a palavra Pedofilia recebe destaque.

Da imagem podemos notar que foi toda trabalhada em nuances de preto e vermelho. Todas as figuras desta capa são desenhadas, são ilustrações. O fundo é vermelho escuro e serve de molde para a silhueta de um personagem, representada na cor preta, como se estivesse na penumbra. Esta personagem está representada com a mão nos ombros da criança.

A segunda personagem está, na imagem, aparente. Apesar de ser um desenho, ele deixa ver o rosto da criança, retratado em tons de vermelho, apenas os olhos da criança fogem a esta regra e também, a lágrima de escorre de um deles. Não é possível determinar a cor da pele, nem se ela está suja ou limpa, pois a luz vermelha colore tanto sua pele quanto seu cabelo.

O excesso de cor vermelha na imagem, juntamente com o título da revista, nos permitem construir um **ethos** do enunciador como um vigilante. Não apenas por ser policial, mas o vermelho nos faz lembrar das luzes que estão presentes nas viaturas de polícia, remetendo então à cena do flagrante, como se aquele adulto que tem o sua identidade preservada pela penumbra estivesse naquele exato momento violentando a criança. Tratando-se de um enunciador institucionalizado, assim como no caso do texto anterior, em que o enunciador era a Igreja. Vemos que a imagem provoca um questionamento no tempo: na imagem anterior, percebemos pelo posicionamento da personagem que a violência já vinha acontecendo com frequência, e que, daquele momento em que a fotografia foi tirada, era apenas uma questão de tempo até que ela acontecesse novamente. Nesta imagem, o enunciador se propõe uma violência que está acontecendo naquele momento. A diferença nas cores destas imagens propõe também as diferentes ações que praticam seus enunciadores: enquanto a polícia pretende reprimir os crimes, a Igreja pretende restaurar o convívio familiar.

Quanto à **prática discursiva**, novamente levaremos em conta as questões da forma de representação da criança. Neste ponto de leitura, percebemos que a forma de retratar a criança já mudou e que, quando a imagem da mesma estiver associada ao fato violento em si, ela deverá ser retratada de uma forma que não exponha a imagem da criança.

Ainda há que se notar que o sexo da criança não mudou: continuamos a ver uma menina sendo molestada por um adulto, e pela silhueta que este apresenta, podemos inferir que trata-se de um homem.

Sem título 2 (2008)

Esta é, em nossa opinião, a imagem coletada até agora que mais diverge, dentro do **discurso publicitário**, das outras imagens apresentadas. Trata-se de uma imagem publicada pela entidade “*Against abuse Inc.*”, em parceria com *gegen-missbrauch*, divulgada principalmente na Alemanha, país onde se situam as duas entidades.

A **cena genérica** é a propaganda, visto que seu ideal é vender uma idéia e não um produto. Sua **cenografia** é em si bastante diversa daquelas que estávamos acostumados a ver até agora: a imagem é composta por um jogo de sombra e luz. O fundo é predominantemente preto, sendo possível ver duas pequenas pernas abertas desenhadas em branco. No meio das duas pernas percebemos o contorno de um braço e uma mão. Há claramente na imagem a idéia de um adulto tocando a genitália de uma criança. A posição das imagens é responsável pela idéia de abuso. No rodapé do cartaz, uma frase em branco diz: “Mais de 300.000 crianças são abusadas sexualmente na Alemanha todos os anos”.

Quanto à questão do **ethos** está é uma das imagens em que é mais difícil, ou praticamente impossível determina-lo por meio dos elementos plásticos da imagem. O único indício de corporalidade apresentado na imagem é a assinatura das organizações que, em colaboração, foram responsáveis pela campanha. Talvez pudéssemos pautar a discussão do ethos, neste caso, e em alguns outros que vimos anteriormente, por uma questão geográfica: ora, lidamos com textos enunciados por organizações: brasileiras, italianas, americanas, colombianas, e agora com uma alemã. Como estas diferenças de nacionalidade podem interferir na produção de discursos sobre um mesmo assunto? Por meio das análises estabelecidas até agora percebemos que os elementos plásticos que compõem a imagem não mudaram muito, independentemente dos países de onde se

originaram as entidades que os enunciaram. Este fato não é o mesmo para este cartaz alemão, sua enunciação imagética foi construída de forma totalmente diferente dos outros, embora ele também recorra ao enunciado estatístico para validar sua enunciação.

Percebemos que este texto não recorreu a elementos da **prática discursiva** que notamos ser costumeiros nos textos imagéticos que se ligam às campanhas contra a pedofilia: não há fotos de crianças, não há o desenho do rosto destas crianças. Não há o apelo à cor vermelha para marcar a violência. Não há o apelo ao rosa para demonstrar a feminilidade das personagens. É apenas um jogo muito bem elaborado de preto e branco. A imagem causa impacto justamente pela simplicidade com a qual foi construída.

É interessante notar que é na ausência de cores e personagens que reside o caráter inovador desta propaganda enquanto portadora de um discurso. Diferente da capa da revista *Policia em foco*, onde vemos que a silhueta é masculina, e ainda, diferente das outras campanhas em que o agressor aparece, o único indicio que temos de que o braço que aparece nesta campanha é um braço adulto é sua proporção perto das pernas da criança. Entretanto, é praticamente impossível induzir nossa leitura a acreditar que aquele seja um braço masculino ou um braço feminino. Neste caso, aquilo que o discurso tem de inovador é justamente o sexo do agressor.

Ainda, um outro fato a se notar, a representação da criança em branco cria uma aura de imparcialidade, ou seja, não há uma cor de feminilidade marcando a presença daquela criança na tela. Ainda, a mão do adulto, nesta imagem, tapa o sexo da criança, não nos deixando perceber se é um abuso de uma *menina* ou um *menino*. Dessa forma, julgamos ser esta uma das primeiras aparições, nas campanhas publicitárias, de uma condição de possibilidade de tratar assuntos como o homossexualismo ou a pedofilia praticada pelas mulheres que são cuidadoras de crianças.

Sem título 3 (2008)

Chegamos ao último texto que nos propusemos a analisar neste trabalho. Publicado pela organização Time to Speak up.org, como um cartaz para ponto de ônibus, e consistia em duas faces de uma mesma imagem. Foi produzida, portanto, não para circular pela internet ou em aeroportos e empresas de turismo. Ela foi feita para ser divulgada na rua, de forma que o pedestre, ou o usuário do transporte coletivo pudesse olhar uma de suas faces, depois a outro. Para efeito de repetição, deveremos ainda

lembrar que continuamos a trabalhar com o **discurso publicitário**, com a propaganda predominando enquanto **cena genérica**.

Nos domínios da **cenografia** em que o texto se insere, vemos que em uma das faces podemos ver um armário lotado de roupas e, no chão, percebemos que há uma criança sentada, porém, vemos apenas parte de seu tronco e seus pés. Na outra face do cartaz, vemos a imagem anterior fotografada de outro ângulo. Dessa forma é possível ver com clareza que há uma criança sentada no chão, escondida atrás das roupas no armário. Ela está sentada com os braços e a cabeça apoiados no joelho (parece em posição fetal, toda curvada), usa short e camiseta rosa, e segura um objeto que parece um bichinho de pelúcia. No meio da imagem há o seguinte enunciado verbal “If only every child could escape sexual abuse”, escrito em branco. No rodapé, vemos a assinatura da organização responsável pelo cartaz.

O **ethos** da imagem fica novamente por conta da organização responsável pela autoria do cartaz, e é com estranheza que chegamos a este fato, não apenas nesta imagem, mas também em algumas outras. Não conseguimos perceber de que forma há uma corporalidade nestes textos. Qual a associação que o enunciador deseja que o leitor tenha com esse cartaz? Uma hipótese é que o leitor se coloque no lugar da criança, que ele se imagine escondido, com medo de viver em sua própria casa. A casa passa a ser para o leitor, não o lugar de segurança, o lugar para onde se deseja voltar no fim de um dia de trabalho, por exemplo. Na figura daquela criança, a casa é o lugar para onde você não quer voltar depois das aulas, pois lá você sofre maltratos.

No tocante à **prática discursiva**, abordaremos aquilo que nos chamou mais a atenção: os elementos plásticos que compõem esta imagem são muito parecidos com aqueles que compõem outra imagem de nosso arquivo, aquela em que a menina aparece numa embalagem de isopor.

A posição das personagens, sua cor de pele, de cabelo, e principalmente, a cor das roupas são elementos importantes nesta repetição. Como dissemos anteriormente, não podemos ignorar que, geograficamente, os textos abordados neste trabalho vêm de países diferentes. É então muito interessante observar como estes dois textos, que abordam a criança de uma forma tão semelhante, sejam de um mesmo país, qual seja, os Estados Unidos.

Muito mais interessante ainda é refletir que, como dissemos a forma de mostrar a criança é semelhante, mas não igual. Na diferença entre as imagens das personagens é que nos desperta algum questionamento: naquela imagem, a criança tinha seu rosto

mostrado, e nesta ele está escondido. Pois bem, quem são estas crianças? Naquele cartaz, era uma criança brasileira, tratada como comercio, era uma criança que servia para a exploração sexual.

No cartaz que analisamos agora é uma outra criança que é apresentada, ela não se encontra em uma embalagem, ela está dentro de uma casa, dentro do guarda-roupas de uma casa. Não é mais uma criança estrangeira, é uma criança americana e seu rosto escondido é uma forma discursiva de proteger sua identidade, a diferença de tratamento entre estas duas crianças reforça o discurso de que as crianças americanas, mesmo quando vitimas de abuso, são casos isolados. Enquanto as crianças brasileiras (e porque não as mexicanas, africanas, colombianas, argentinas, etc...?) seriam constantemente vitimas de exploração. Há então, uma diferença em torno do discurso sobre a *violência sexual* e sobre a *exploração sexual*.

3 Notas de uma possível conclusão

Por meio das breves análises que empreendemos no capítulo anterior, percebemos que há sim um sistema de restrições semânticas responsável pela gestão do aparecimento de textos imagéticos em contextos determinados.

Uma primeira observação que fazemos é que, no momento em que empreendemos esta análise, tentamos analisar as imagens sem associá-las aos discursos escritos produzidos no mesmo período de tempo, pois, como vimos, as imagens são portadoras de significação, podendo então ser objetos de análise do discurso sem ser necessária a recorrência à palavra.

Isto corrobora com o entendimento já visto anteriormente, que Maingueneau propõe sobre a prática intersemiótica

A depender de se tratar de obras destinadas a tais instituições, a tais lugares, a tais funções [...], o formato, o tema, a escolha das cores, etc... serão afetados, não a título de parâmetros acessórios, mas porque isso se inscreve nas próprias condições de funcionamento da prática discursiva, tanto quanto o didatismo [...] O texto pictórico, por mais solitário que pareça, pelo simples fato de pertencer a prática discursiva supõe tacitamente um conjunto virtual daqueles com os quais pode ser legitimamente associado (Maingueneau, 2008a p. 141, grifo nosso)

Percebemos então que a repetição de cores, personagens, cenários e planos são elementos que se prestam a uma função no texto, qual seja, inscrevê-los numa prática discursiva determinada.

Quanto às condições de produção da imagem, vemos que existem oposições quanto à sua elaboração, num dado momento se recorre às técnicas de fotografia, em outras, ao desenho, mas ainda que existam estas divergências, outros elementos podem ser responsabilizados pelo pertencimento à prática discursiva.

Quanto aos personagens podemos fazer a mesma observação: sejam humanos e não humanos (fantasias e brinquedos) ou ainda, quanto à perspectiva do enquadramento no qual são retratados: o primeiro plano, visto em apenas um texto, o plano próximo e o plano geral. Da utilização das cores, vemos a utilização de tons de vermelho, rosa, branco e preto.

Ainda, as condições de possibilidade para o surgimento destes enunciados podem ser da ordem da circulação dos enunciados, do seu espaço geográfico, no caso do nosso arquivo, eles podem circular no Brasil ou no Exterior.

Quanto aos Enunciadores, percebemos que eles são sempre instituições não governamentais, podendo ser instituições com ou sem fins lucrativos, destinadas a promover campanhas e serviços sociais ou ainda, a promover determinados produtos, como as revistas e filmes. São setores da sociedade que se mobilizam para enunciar algo. Também podem se dividir entre Brasileiras e Estrangeiras.

Estes elementos são responsáveis pela cenografia dos textos, e como vimos também no capítulo teórico deste trabalho

A cenografia, com o ethos da qual ele participa, implica um processo de enlaçamento: desde sua emergência a fala é carregada de certo ethos, que, de fato, se valida progressivamente, por meio da própria enunciação. A cenografia é assim, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que este discurso engendra: ela legitima um enunciado que por sua vez deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena da qual vem a palavra é precisamente a cena requerida para enunciar nessa circunstância (2008b, p. 71)

Portanto, também podemos assim pensar qual o corpo em movimento que estas propagandas põem em circulação e por meio de qual ethos ela promove a adesão ao seu discurso. De acordo com Maingueneau

O discurso publicitário contemporâneo mantém, por natureza, um laço privilegiado com o ethos; de fato, ele procura persuadir associando os produtos que promove a um corpo em movimento, a uma maneira de habitar o mundo; como o discurso religioso, em particular, é por meio de sua própria enunciação que uma propaganda, apoiando-se em estereótipos avaliados, deve encarnar o que ela prescreve (2008b, p. 66)

É interessante perceber aqui que o processo de adesão não se faz por engajamento, não se trata no caso de promover uma identificação entre o co-enunciador e o enunciador do texto por meio da imagem. Trata-se de colocar em cena os temas de horror e ainda, de fazer com que o co-enunciador tenha repúdio pela questão tratada. O co-enunciador adere justamente a uma idéia oposta àquela que é apresentada.

Este fato apenas é visto no cartaz do filme Menina Má.com (2005), nele, há um jogo ambíguo em que não é possível determinar a questão da pedofilia. Talvez por seu caráter eminentemente publicitário, sua intenção de vender o produto faz com que, em sua enunciação, a questão do horror seja colocada de lado e fique claro um argumento (Quer teclar comigo?) que leva o co-enunciador a aderir ao cartaz enquanto sujeito participante da cena.

Maingueneau expõe que o discurso publicitário pode recorrer a um ethos híbrido, *misturando modos opostos de pertencimento ao mundo*, e mesmo assim, provocando uma significação. “Vemos a capacidade do discurso de criar *ethé* que não remetem a modos de dizer socialmente atestados, e que, no entanto, têm eficácia social, uma vez que permitem definir cenas de enunciação nas quais os atores sociais dão sentido a suas atividades” (2008, p. 26)

Neste sentido, imaginamos híbridos os enunciados onde há recorrência de discursos de validação, como, por exemplo, as imagens que, em textos de rodapé, mencionam dados estatísticos sobre o abuso e a exploração sexual infantil. O fator de hibridização não está exatamente na recorrência à palavra, mas sim a recorrência de um **discurso constituinte**, a saber, a estatística.

Ainda, como já visto em outro tópico teórico, a indagação que primeiro motivou este trabalho foi compreender: **há realmente um discurso tópico?** No texto *Para além da paratopia* (2008c, p. 18) os textos publicitários foram abordados pelo autor enquanto discursos mimotópicos. Entretanto, o conjunto de textos analisados leva a outro entendimento: não são textos mimotópicos, camuflados, ou seja, não há por parte destas campanhas um mascaramento em forma de outros textos.

Mas, se estes textos **não são paratópicos**, considerando que **não pertencem aos quadros dos discursos constituintes**, pois eles não validam sua própria enunciação, e ainda, se eles **não são textos atópicos**, considerando que eles não levam o leitor a querer praticar o abuso ou a exploração sexual infantil, ao contrário, são textos destinados a criar um repúdio aos mesmos, e ainda, **não se trata de textos mimotópicos**, pois estas publicidades não estão investidas de um caráter que as faz parecer com outros textos.

Quando tratamos das “topias”, estamos sempre falando de lugares sociais ocupados pelos enunciadores dos textos. Dessa forma, concluímos que se há sim um tipo de texto que podemos chamar de **discursos tópicos** e que uma *topia* é o lugar social que mobiliza uma determinada enunciação, mesmo não podendo validá-la sozinha. Trata-se de uma urgência social na produção de discursos cujo caráter de sensibilização do co-enunciador fica latente.

Conforme enunciamos ao longo desta dissertação, nossa interpretação se apoiou, assim, sobre a explicitação no corpus em análise de relações imprevistas no interior do interdiscurso. Em outras palavras, nossas análises demonstraram que o discurso da pedofilia se apresenta como um discurso monologal, cujo interdiscurso jurídico que o constitui – *pedofilia é*

crime – vem justificar o dizer dos locutores desses textos e/ou servir de apoio a uma contra-argumentação. Trata-se de um discurso monologal, pois se apóia sobre uma memória interdiscursiva única que não possibilita a irrupção de outros dizeres.

Referências

- AMAZZARAY, M. R.; KOLLER, S. H. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p.559-578, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 abr. 2006.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFANCIA E À ADOLESCENCIA (Rio de Janeiro). **Sobre a Pedofilia**. Disponível em: <<http://www.abrapia.org.br/antigo/textos/Artigos/sobre%20pedofilia.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2002.
- ASSOCIAZIONE DI SOLIDARIETÀ INTERNAZIONALE MODENA TERZO MONDO ONLUS (Itália). HELP: Stop Sexual Tourism. Disponível em: <<http://www.stopsexualtourism.org/modules.php?name=Manifesti>>. Acesso em: 20 set. 2010.
- AUMONT, J. **A imagem**. 2.ed. Campinas: Papyrus, 1995.
- BRANDAO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 6 ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. 96 p. -- (Serie Pesquisas) ISBN 85-268-0210-0.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: <<http://www.violenciasexual.org.br/pesquisas.php>>. Acesso em: 24 abr. 2006.
- BRASIL. **Plano nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.violenciasexual.org.br/pesquisas.php>>. Acesso em: 24 abr. 2006.
- CONMARK – CONSULTORIA DE MARKETING. Lá fora: o site da mídia exterior. Campanha criada para a USAID, em 2007. Disponível em: <<http://lafora.com.br/2007/08/marcante/>>. Acesso em: 20 set. 2010.
- CONMARK – CONSULTORIA DE MARKETING. Lá fora: o site da mídia exterior. Campanha criada para a organização Timetospeakup.org, em 2008. Disponível em: <<http://lafora.com.br/2008/01/dentro-de-casa/>>. Acesso em: 20 set. 2010.
- COURTINE, J.J. **Metamorfoses do Discurso Político**: derivas da vida pública. São Carlos: Claraluz, 2006. 160 p.
- DOSSIÊ PEDOFILIA. **O que é pedofilia?** Disponível em: <<http://www.dossiepedofilia.cjb.net/>>. Acesso em: 08 set. 2006.
- DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995. 239 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Roberto Machado (Org.). 20.ed. São Paulo: Graal, 2004. 294 p.

FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France: 1970-1982**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. 134p.

GASPAR, N. R. **Foucault na linguagem cinematográfica**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004.

GUILHAUMOU, J. **Linguística e História: percursos analíticos de acontecimentos discursivos**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009. 250 p.

GUIMARÃES, L. **A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores**. 3.ed. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. **As cores na mídia: a organização da cor-informação no jornalismo**. São Paulo: Annablume, 2003.

GURP, Marc Van. **Which are the stories our children are growing with?** Disponível em:

<http://osocio.org/message/which_are_the_stories_our_children_are_growing_with>.

Acesso em: 04 maio 2010.

JOLY, M. **Introdução a análise da imagem**. 7.ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

LAJOLO, M. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M. C. de (Org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, c1997.

LEITE, M. L. M. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, M. C. de (Org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, c1997.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. [Nouvelles Tendances en Analyse du Discours]. 3 ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. 198 p. ISBN 85-7113-081-7.

_____. **Discurso Literário**. São Paulo: Contexto, 2006. 329 p.

_____. A Análise do Discurso e suas fronteiras. Trad. Décio Rocha. Revista Matraca, Rio de Janeiro, v 14, nº 20, 2007.

_____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a. 184 p.

_____. **Cenas da enunciação**. Sírio Possenti Org.; Maria Cecília Pérez de Souza Silva (Org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2008b. 183 p.

_____. Além da paratopia. In: Navarro, P. (Org.) **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008c. p. 9-20.

_____. A propósito do Ethos. In: MOTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008d. p. 11-29.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008e. p. 69-92.

MALDIDIER, D. **A inquietacao do discurso: (re)ler Michel Pecheux hoje**. Eni Pulcinelli Orlandi, 1942- (Trad.). Campinas: Pontes, 2003. 110 p. ISBN 85-7113-183-5.

MAZIÈRE, F. **A análise do discurso: história e práticas**. [L'analyse du discours: histoire et pratiques]. Marcos Marcionilo (Trad.). São Paulo: Parábola Editorial, 2007. 130 p. -- (Na Ponta da Língua; n.14) ISBN 85-88456-48-6.

MENINA MÁ.COM. Direção: David Slade. Roteiro: Brian Nelson. Estados Unidos: Vulcan Productions; Launchpad Productions, 2005.

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. Cap. 4, p. 101-142.

MUSSALIM, F. Uma abordagem discursiva sobre as relações de ethos e estilo. In: MOTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008d. p. 70-81.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SUBSEÇÃO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA (São João da Boa Vista - Sp). Campanha contra a pedofilia. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/subs/saojoaodaboavista/galeria-de-fotos/campanha.jpg/view>>. Acesso em: 20 set. 2010.

OSTETTO, L. E. **Imagens da infância no Brasil: crianças e infantes no Rio de Janeiro Imperial**. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1992.

PANIAGO, M. de L. F. S. **Práticas discursivas de subjetivação em contexto escolar**. 2005. 344 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa De Pós-graduação Em Linguística e Língua Portuguesa, Unesp, Araraquara, 2005.

PECADOS ÍNTIMOS – Direção: Todd Field. Produção: Albert Berger, Todd Field e Ron Yerxa. Estados Unidos: New Line Cinema / Standard Film Company Inc. / Bona Fide Productions, 2006

PINHO, J.B. **Propaganda institucional: usos e funções de propaganda em relações públicas**. São Paulo: Summus, 1990.

POLÍCIA EM FOCO. Brasília: [S.N.], n. 05, Jul/Ago 2008. Bimestral

QUEIROZ, K. **Abuso Sexual**. Disponível em: <<http://www.violenciasexual.org.br/pesquisas.php>>. Acesso em: 24 abr. 2005.

REVISTA CRISTÃ: a revista da família brasileira. Contagem - MG: Editora Fé, n. 53, nov. 2008. Mensal.

SMASHINGAPPS.COM. 39 Masterpieces Of Creative Advertisements. Disponível em: <<http://www.smashingapps.com/2008/09/10/39-masterpieces-of-creative-advertisements.html>>. Acesso em: 20 set. 2010.

SUPER INTERESSANTE. São Paulo: Abril, n. 176, maio 2002. Mensal.

VANOYE, F.; GOLIOT-LETÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas: Papyrus, 1994.

VIVARTA, V. **O grito dos inocentes**: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Cortez, 2003. 158 p.

XAVIER, I. (Org.). **A experiência do cinema**: antologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.(Coleção Arte e Cultura; v.5)

ANEXO A



ANEXO B



Basta de turismo sexual de crianças e adolescentes no Brasil!



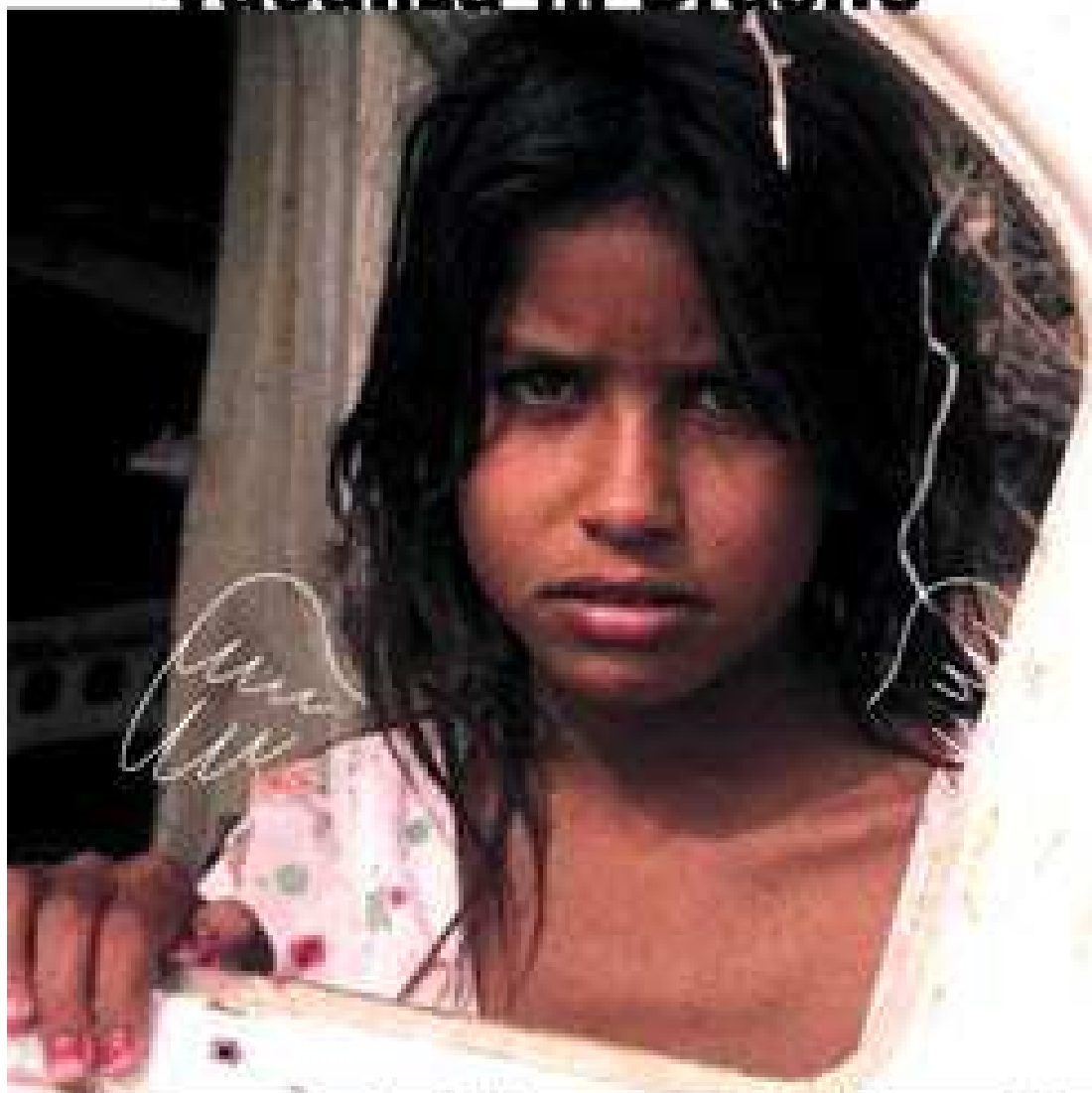
Carmita tem 9 anos e é uma das centenas de milhares de crianças que, no Brasil, constituem a principal atração turística para europeus insuspeitáveis, "pessoas de bem"! Carmita é uma mercadoria, um objeto que não há mais nem dignidade, nem direitos.

Façamos com que Carmita volte a ser uma criança, libertando-a, juntos.

Para o Brasil ligue disk denúncia 0800990500

ANEXO C

Vacanza in Brasile



alla scoperta del sesso degli angeli

Carota in Brasile nel 1998 con 100.000 dollari che in Brasile sono
 la principale attrazione turistica per mercantili europei "sex tour"
 Carota il resto, un coperto senza più diritti di altro.

L'esperienza essere bambini, liberazione, insieme.



ANEXO D



**L'ALTRA
FACCIA
DEL
TURISMO**

fermiamoli

Membri del 50-85% del cast. Da 130 ad 140 anni. Residenza. Barche.
Questi i servizi più esportati per attrarre investimenti per 8.500.000 dollari e banche
di Boston, e anche con l'industria. Realizzata con la foto - Fermiamoli il turismo sessuale.

HELP
STOP SEXUAL TOURISM

ANEXO E



**Mamãe foi pra roça.
Mas papai não foi trabalhar.**

Pedofilia é crime. Em casa, é um horror.

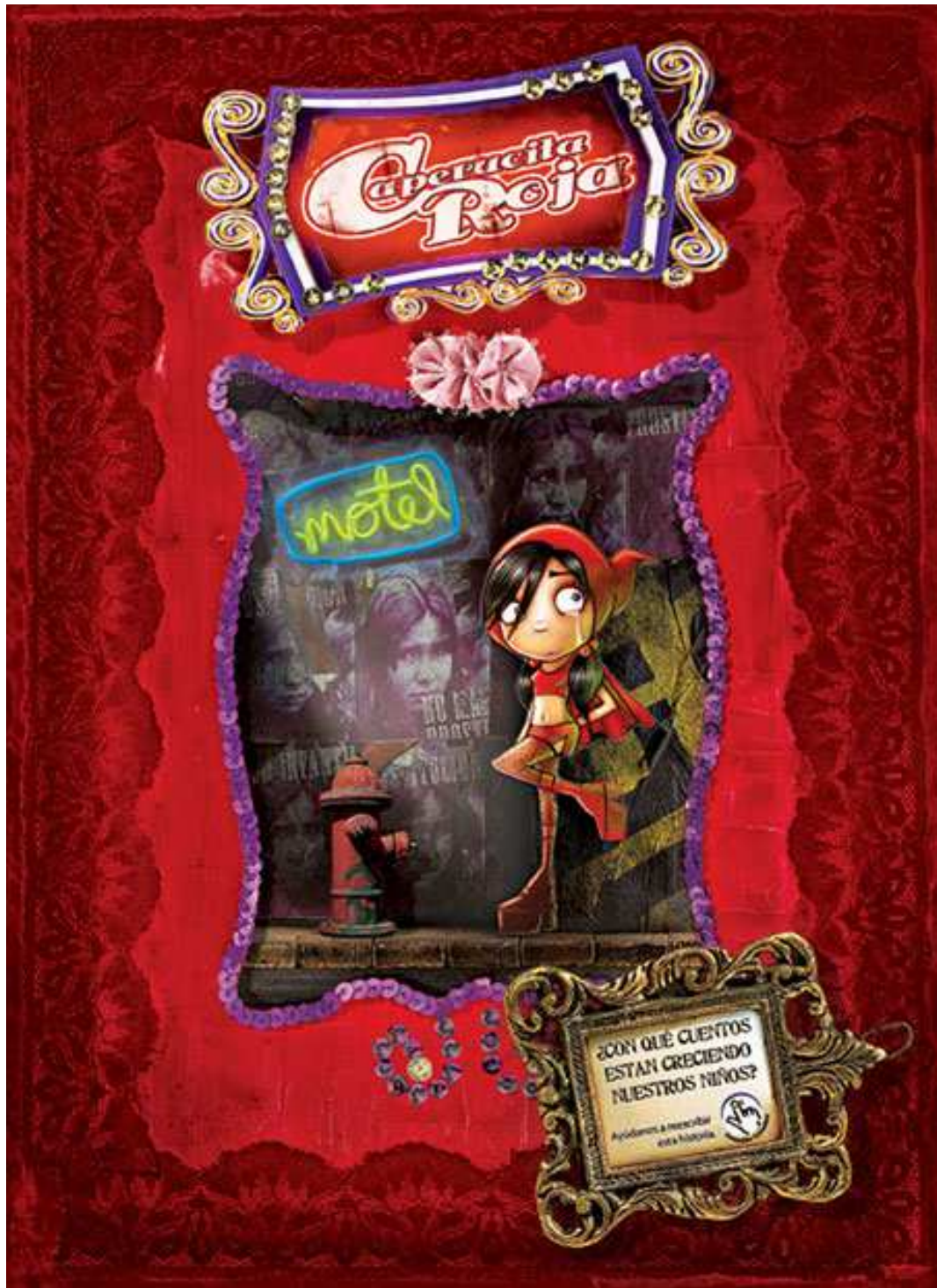
Cerca de 80% dos casos de pedofilia acontecem na casa das vítimas. Pais, padrastos e tios são os principais agressores.
18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
Disque-denúncia: 181.

Uma campanha da
OABSP


ANEXO F



ANEXO G





ANEXO H



Exploração sexual de crianças e adolescentes. Não é esse o produto que o Brasil quer exportar para o mundo.
18 de maio. Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Disque-denúncia: 100

 **USAID**
DO POVO DOS ESTADOS UNIDOS

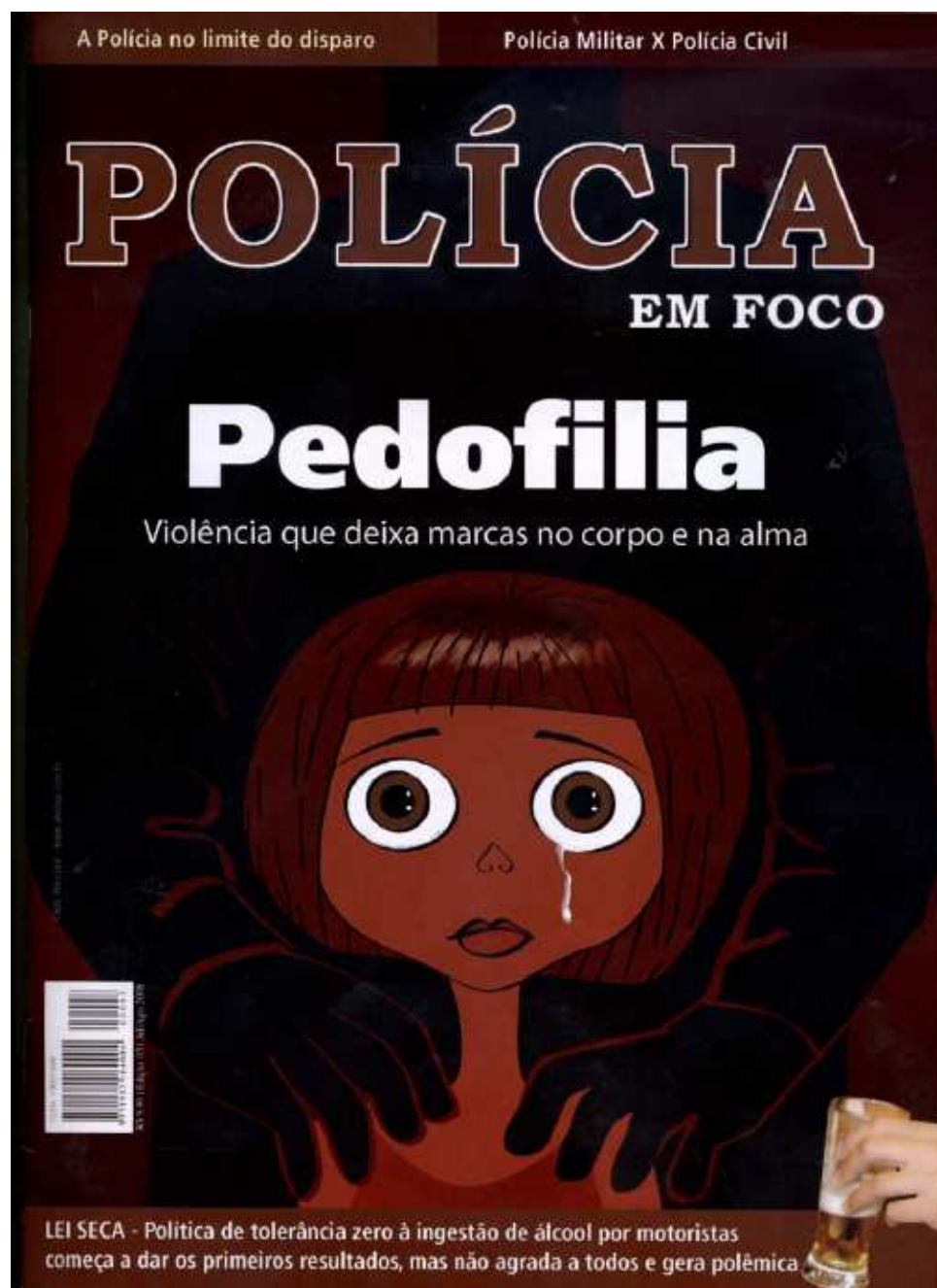
 **PARTNERS of the AMERICAS**
INSTITUTO COMPARTEENHO DAS AMÉRICAS

me. brand

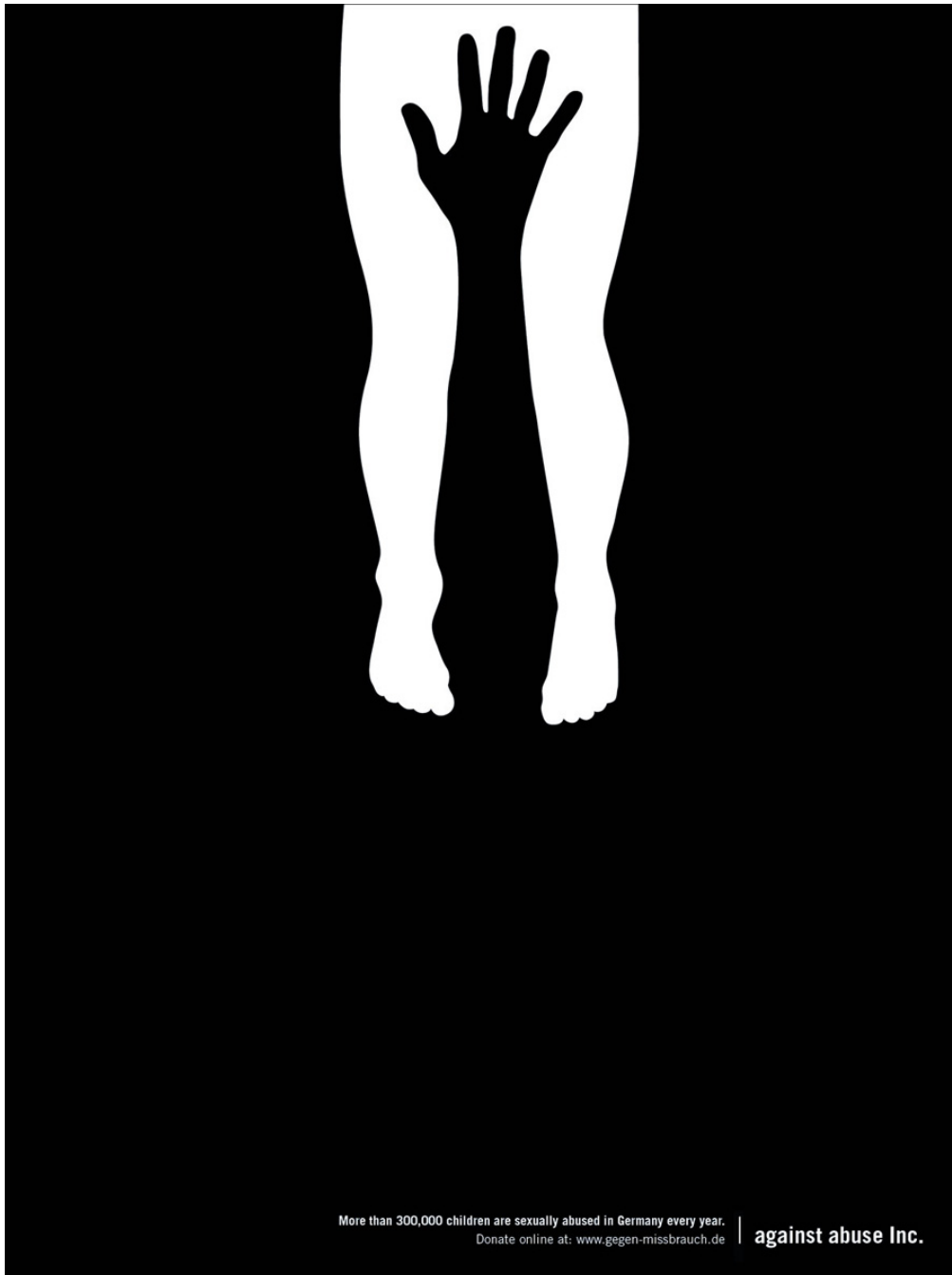
ANEXO I



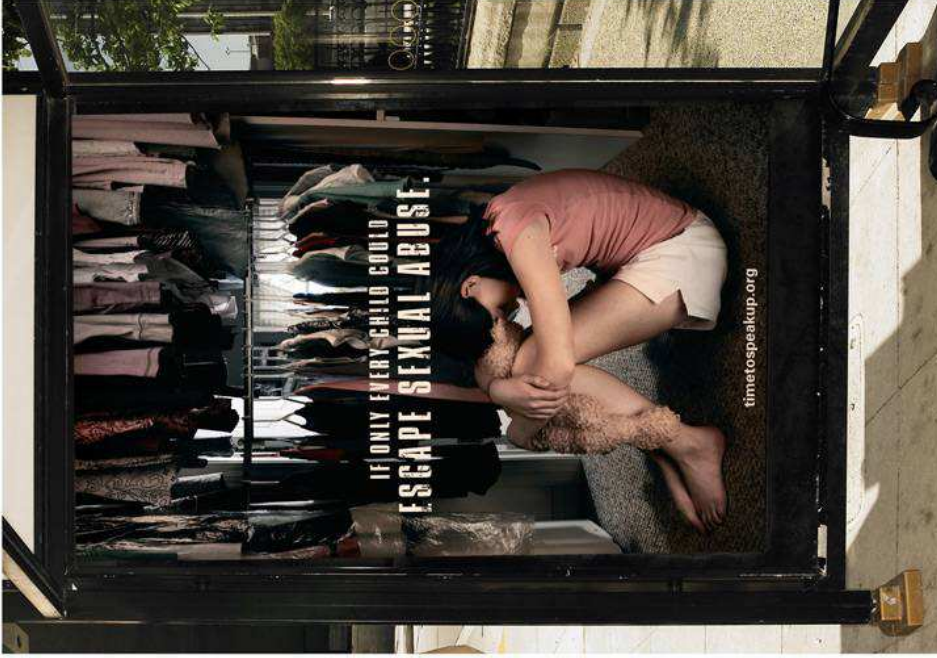
ANEXO J



ANEXO K



ANEXO L



[BACK]

Two-sided bus shelters revealed the message as onlookers walked by, or waited for the bus.



[FRONT]